

PLANO DE GOVERNO

# ***PRA SERGIPE AVANÇAR***

2019-2022

governador

**BELIVALDO**

vice **ELIANE**



CHEGOU PRA RESOLVER

PLANO DE GOVERNO

***PRA SERGIPE  
AVANÇAR***



## APRESENTAÇÃO

As ideias-força que deram sustentação à elaboração do programa de governo **Pra Sergipe Avançar** são a premência de superar a crise das finanças que imobiliza a capacidade do setor público de ampliar e melhorar as políticas públicas, notadamente aquelas que afetam as faixas mais carentes da população, e a necessidade de retomar o planejamento e a capacidade de investimento do estado. Sergipe enfrenta o duplo desafio de superar as pressões de curto prazo para que possam ser ofertadas políticas sociais de mais qualidade e se contrapor à crise no mercado de trabalho, e se preparar para a saída da crise nacional e dar início a um novo ciclo de desenvolvimento e de transformações estruturais que impactará a todos nos próximos anos. O foco principal é priorizar a oferta de políticas públicas de qualidade para os grupos sociais vulneráveis e faixas mais carentes da população.

Para o primeiro conjunto de desafios, destacou-se a necessidade de modernizar/inovar a gestão da máquina administrativa a fim de promover ganhos de eficiência e rever as prioridades nos gastos públicos como instrumentos para sanear as finanças estaduais. Para a questão do emprego, propõe-se mobilizar recursos economizados pelos ganhos de eficiência para propor programas sociais com impactos diretos e expressivos na geração de emprego e renda para a população. E para as questões de médio e longo prazos, são destacados os investimentos portadores do futuro, que possam habilitar Sergipe para o novo ciclo de transformações produtivas e sociais nas próximas décadas.

O Programa de Governo **Pra Sergipe Avançar** para o período 2019-2022 foi elaborado de forma participativa seguindo algumas etapas fundamentais: Na 1ª etapa, especialistas foram convidados a participar a partir de oito áreas temáticas a fim de levantarem os principais desafios que o desenvolvimento econômico e social enfrenta nesse momento e quais seriam as propostas de ação que concorreriam, de forma transversal e interligadas, para superá-los. As contribuições das áreas temáticas foram sistematizadas em torno de sete eixos propostos para o desenvolvimento de Sergipe, considerando não apenas os quatro anos vindouros, como também uma perspectiva de longo prazo.

As áreas temáticas para levantamento dos Desafios e Propostas foram as seguintes: Finanças e Gestão; Geração de emprego e Inclusão social; Desenvolvimento e Investimentos estruturantes; Infraestrutura e Habitação; Saúde; Educação, Cultura, Esportes e Juventude; e, Agricultura, Meio ambiente e Recursos Hídricos.

Os eixos estratégicos de ação do programa de governo adotados são: 1º Eixo- Sanear as Finanças, Transparência e Melhoria da Gestão Pública; 2º Eixo- Aumentar a efetividade nas Políticas Públicas e Promover a Elevação da Qualidade de vida; 3º Eixo- Promover a Segurança Pública-Construir uma cultura de paz; 4º Eixo- Valorizar a Identidade cultural e o Desenvolvimento dos esportes; 5º Eixo- Promover um novo ciclo de desenvolvimento econômico com geração de emprego; 6º Eixo- Retomar a capacidade de investimentos em Infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social; e 7º Eixo- Sustentabilidade dos recursos naturais - responsabilidade com a atual e futuras gerações.

A segunda etapa da elaboração do Programa de Governo consistiu de realização de plenárias com representantes da sociedade civil nos oito territórios de desenvolvimento instituídos pela política pública desde 2007, a saber: Alto Sertão; Médio Sertão; Baixo São Francisco; Leste Sergipano; Agreste Central; Grande Aracaju; Centro-Sul; e Sul Sergipano. Entre a segunda quinzena de julho e a 1ª quinzena de agosto de 2018, foram realizadas plenárias territoriais, com dinâmica participativa. Nas plenárias territoriais, foram formados grupos de trabalho nas oito áreas temáticas citadas para levantar as propostas e desafios do desenvolvimento nos respectivos territórios, que foram em seguida apresentados para serem debatidos por todos os presentes.

Concomitantemente, os grupos temáticos dos especialistas realizaram consultas a associações de classe e movimentos sociais, utilizando a mesma sistemática de desafios e propostas, para levantarem contribuições sobre temas específicos.

O resultado do trabalho realizado nas etapas é o que se segue no documento **Pra Sergipe Avançar**. É importante registrar que os candidatos Belivaldo Chagas e Eliane Aquino acompanharam de perto a elaboração das propostas, questionando as proposições, recomendando alterações e apresentando sugestões.

Agosto de 2018

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <i>Apresentação</i> .....   | 4  |
| <i>Introdução</i> .....   | 8  |
| <i>1º Eixo. Sanear as Finanças, Transparência e Melhoria da Gestão Pública</i> .....    | 12 |
| <i>2º Eixo. Efetividade nas Políticas Sociais para Elevar a Qualidade de Vida</i> ..... | 16 |
| 2.1- Saúde .....  | 17 |
| 2.2 Educação .....  | 21 |
| 2.3. Inclusão e assistência social .....  | 27 |
| <i>3º Eixo. Segurança Pública: Construir uma cultura de paz</i> .....                   | 35 |
| <i>4º Eixo. Identidade Cultural, Esportes e Juventude</i> .....                         | 41 |
| 4.1- Cultura .....  | 41 |
| 4.2- Esporte e juventude .....  | 43 |
| <i>5º Eixo. Promover um novo ciclo de desenvolvimento econômico</i> .....               | 46 |
| 5.1-Atividades estratégicas .....   | 47 |
| 5.2- Ênfase na Indústria .....  | 50 |
| 5.3- Ênfase no Turismo .....  | 53 |
| 5.4- Ênfase na Agricultura .....  | 54 |
| <i>6º Eixo. Infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social</i> .....          | 60 |
| <i>7º Eixo. Sustentabilidade dos recursos Naturais</i> .....                            | 68 |

## INTRODUÇÃO

Dois são os desafios que mobilizam a atenção da sociedade e exigem pronta resposta do governo que assumirá a administração do estado de Sergipe em janeiro de 2019:

- 1) O saneamento das finanças públicas, liberando maiores aportes de recursos para às atividades fins de programas de saúde, educação e segurança; e,
- 2) A necessidade de geração de emprego.

A crise nas finanças públicas gera uma série de problemas para o desenvolvimento de Sergipe, o mais imediato é o atraso no pagamento da folha de servidores e dos aposentados e pensionistas.

É crucial, de um lado, implantar uma estratégia segura para recuperar as finanças do estado, saneá-las, e, de outro lado, que o novo governo esteja pronto para por a economia do estado na trilha do crescimento e da geração de emprego.

Em síntese, é necessário preparar Sergipe para a saída da crise econômica e propor à população um novo pacto pelo desenvolvimento econômico e social.

Ao lado desses desafios de enfrentar a crise social aguda e a difícil situação fiscal, é necessário cuidar do futuro, propondo a implementação de projetos estruturantes e portadores do futuro.

Os projetos estruturantes e portadores do futuro dizem respeito a, em um ambiente de solidez fiscal, capacitar Sergipe em termos de infraestrutura, de recursos humanos, de Ciência, Tecnologia & Inovação, e de atração de investimentos para crescer e gerar oportunidades de emprego em um mundo em rápida transformação tecnológica, em que as novas tecnologias, como as relacionadas à Indústria 4.0, poderão tornar obsoletas atividades que atualmente empregam grandes contingentes de pessoas. É nesse sentido que a educação de qualidade é primordial.

### Retomada do Planejamento

O equacionamento da questão fiscal não é apenas uma questão emergencial, para enfrentar um problema transitório de falta de caixa; é principalmente uma questão estrutural, de preparar o estado para voltar a ter capacidade de investimento e de executar políticas públicas de qualidade seguindo um planejamento de médio e longo prazo que vá além de procurar atender às demandas urgentes que surgem diariamente.

São especialmente prioritárias as ações para melhorar a qualidade dos serviços prestados de

atendimento à saúde da população, a formação educacional e profissional das crianças e dos jovens e a implantação de um ambiente de paz e segurança, por meio de medidas eficazes de redução da criminalidade.

A solidez fiscal é a peça fundamental, sem a qual, as demais ações estarão prejudicadas.

### Os Desafios do Desenvolvimento Econômico e Social

A crise econômica nacional, que já se alonga pelo quarto ano sucessivo, e seus efeitos sobre as finanças públicas nas três esferas de governo, ao lado das rápidas transformações em curso no cenário mundial, impuseram novos macros desafios para Sergipe.

Os sete macros desafios dão lastro aos sete eixos da política de desenvolvimento econômico social no quadriênio 2019-2022 e servirão de suporte para uma política de longo prazo para Sergipe.



**1º Eixo: Sanear as Finanças, Transparência e Melhoria da Gestão Pública**

Regularizar o pagamento do funcionalismo e dos fornecedores; aprimorar a disponibilidade de recursos para políticas públicas de qualidade, especialmente de educação, saúde e de assistência social; e retomar a capacidade de investimento do governo estadual em ampliação e manutenção de infraestrutura produtiva, urbana e social; Ampliar a transparência e o controle democrático dos gastos públicos e assegurar a manutenção de padrões éticos elevados na utilização dos recursos públicos, a fim de garantir que a sua utilização se traduza em maior eficiência e ganhos concretos para a população;

**2º Eixo. Aumentar a efetividade nas Políticas Públicas e Promover a Elevação da Qualidade de vida**

É crescente a pressão social para que as políticas públicas se tornem mais efetivas, com aprimoramento na utilização dos recursos que se traduzam em atendimento de fato das demandas da população por serviços públicos de qualidade. Modernização e inovação na prestação dos serviços sociais são fundamentais;

**3º Eixo. Promover a Segurança Pública- Construir uma cultura de paz**

Um desafio fundamental a ser enfrentado é reduzir os índices de criminalidade em nosso estado, promovendo mais segurança e qualidade de vida para a população.

**4º Eixo. Valorizar a Identidade cultural e o desenvolvimento dos esportes**

O maior desafio da área Cultural é promover o acesso da população à produção artística sergipana, bem como o reconhecimento e a valorização das nossas manifestações populares e abrir oportunidades para os nossos jovens por meio do desenvolvimento dos esportes.

**5º Eixo. Promover um novo ciclo de desenvolvimento econômico com geração de emprego**

O principal macro desafio na área econômica é promover um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento. A retomada do desenvolvimento passa por enfrentar uma série de desafios setoriais, priorizando a retomada do planejamento, a qualificação dos recursos humanos e os investimentos portadores do futuro;

**6º Eixo. Retomar a capacidade de investimentos em Infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social**

Investimentos em equipamentos urbanos, infraestrutura de saneamento e logística são fundamentais para elevar a produtividade da economia e melhorar a qualidade de vida dos sergipanos;

**7º Eixo. Sustentabilidade dos recursos naturais - responsabilidade com a atual e futuras gerações**

Preservar o meio ambiente, utilizando os recursos naturais com sabedoria e responsabilidade, a fim de promover qualidade de vida para a atual e para futuras gerações.

Em torno desses sete eixos de atuação será implementada a estratégia de desenvolvimento para Sergipe para o quadriênio 2019-2022. As propostas setoriais apresentadas nesse documento estão articuladas com ações transversais voltadas para contemplar os desafios alinhados acima.

## 1º Eixo. Sanear as Finanças, Transparência e Melhoria da Gestão Pública

### Novo governo, novas prioridades.

A partir de 2019 a administração estadual deverá aprofundar o saneamento das finanças públicas. Com isso deverão ser liberados recursos para melhorar a qualidade das políticas públicas de atendimento direto à população.

Uma das prioridades é implantar o orçamento de base zero; ao invés de construir o orçamento sobre o que já existe é necessário “passar um pente fino” nas despesas atualmente realizadas e elaborar um novo orçamento com base nas necessidades elencadas. Ou seja, cada real terá que ser justificado.

Será elaborado um orçamento mais racional, gerando maior capacidade de remanejar os recursos para as prioridades estabelecidas pelo governo. Mesmo que não se consiga fazer o ótimo em termos de revisão das despesas atualmente realizadas, deverá se fazer o máximo possível.

O Estado de Sergipe, a exemplo do Brasil, vem ultrapassando uma das mais severas crises econômicas de sua história. É perceptível que a atual crise econômica foi mais grave em Sergipe, comparativamente a outros Estados da região.

Esse período de intensas dificuldades econômicas traz consequências visíveis. A consequência de maior impacto é a atual taxa de desemprego em Sergipe, referente ao primeiro trimestre de 2018, situa-se em 17,1% (maior que as médias do nordeste e nacional), que estão em 15,9 e 13,1%, respectivamente.

Desde o início desse período desafiador - por volta do ano de 2012, associou-se à crise econômica uma crise fiscal/financeira, o que se pode tratar como causa ou consequência. Uma tem potencializado a outra. O ano 2012, conforme já mencionado, marca o início de um período de desaquecimento na economia brasileira, de forma tardia, ainda reflexo da crise internacional de 2008. Num primeiro momento, o país parecia atravessar quase incólume pela crise, após uma série de medidas anticíclicas adotadas pelo governo federal, sobretudo entre os anos de 2008-2010. Isso contribuiu para a manutenção do crescimento econômico e o nível de emprego. Contudo, devido a fatores diversos, as ações adotadas não se mostraram suficientes e acabaram por impulsionar uma crise fiscal em nível nacional e com natural contágio nos Estados.

Cientes das dificuldades vindouras, muitos Estados deram início a um ciclo de ajustes fiscais e de reformas, objetivando a redução das despesas correntes, com ênfase em pessoal e custeio; ações que foram realizados de forma mais profunda, sobretudo a partir do ano de 2015. Também se buscou medidas de eficiência, voltadas à melhoria na arrecadação e produtividade.

O Estado de Sergipe também adotou ações visando ajustar seu orçamento à realidade que se impunha e que se mostrava cada vez mais desafiadora, contudo, as medidas não se mostraram suficientes para equilibrar as receitas com as despesas. A maior gravidade da crise fiscal e econômica em Sergipe, comparativamente a outros estados, pode ser parcialmente explicada, sobretudo pelos seguintes aspectos e que permanecem como grandes desafios, 1) baixa taxa de investimento. Como é sabido, trata-se de um dos principais propulsores de melhoria na produtividade, crescimento econômico e geração de empregos é o nível de investimento produtivo; 2) necessidade de aprofundar medidas de gestão, governança e austeridade no campo da despesa; 3) Insuficiência de planejamento e implementação de políticas anticíclicas estruturadas para melhorar o ambiente econômico e a atração de investimentos, geração de empregos, com a consequente elevação na arrecadação própria; e 4) necessidade de profissionalização na gestão pública, sobretudo nas áreas mais estratégicas e de maior impacto econômico e social.

### Propostas

1. Elaboração e execução de Plano de Recuperação Econômica e Geração de Empregos para o Estado de Sergipe, a partir das suas principais potencialidades e contemplando ações de curto, médio e longo prazo e que priorize a geração de empregos no interior do estado;
2. Implementação de Comitê de Gestão Econômica, fiscal, investimento e de Geração de empregos (Conselho Econômico). Composto por representantes do governo e entidades de classe, com o objetivo de avaliar resultados, estratégias e propor melhorias;

3. Concretização do saneamento fiscal e reformas estruturantes (com ênfase nas áreas administrativa e previdenciária), com vistas a elevar a taxa de investimento do Estado, o que melhora crescimento econômico e emprego;
4. Modernização da política para atração de investimentos e incentivos fiscais, adotando as melhores e mais eficazes práticas, inclusive com a simplificação da legislação do ICMS;
5. Melhorias institucionais e de governança (melhorar o portal da transparência, adoção de sistema de gestão centralizado e aberto à população, implementação de compliance, medidas de simplificação e desburocratização);
6. Previsibilidade: Definição de calendário anual de pagamento para servidores, fornecedores e prestadores de serviços;
7. Criação de Grupo responsável pela Captação de Recursos e Gestão de Projetos. Foco na captação de recursos nacionais e internacionais, elaboração, gestão de projetos e prestação de contas (recursos de convênios, programas, linhas de crédito para Estado e municípios);
8. Realização da reforma tributária solidária. Redução da carga tributária sobre o consumo para a população de menor renda, a exemplo dos beneficiários do programa bolsa família, elevando o seu poder de consumo e gerando empregos nas comunidades;
9. Criação de Grupos de Trabalhos Solidários, compostos por trabalhadores contratados de forma temporária, com vistas à realização de mutirões e ações nas áreas de infraestrutura/habitação, cuidados sociais;
10. Criação e implementação de grupo de gestão e monitoramento de metas e resultados por área, realizando análise bimestral das metas, ações e indicadores por área.
11. Instituir política de capacitação permanente do servidor com foco na inovação, alinhada com as diretrizes estratégicas da gestão;
12. Fortalecer a escola de governo para cuidar do servidor, garantindo constante aprimoramento do conhecimento e desenvolvimento de competências indispensáveis à prestação de serviço público de qualidade, que assegure satisfação ao usuário;
13. Reestruturar de acordo com a disponibilidade de recursos o quadro de servidores

- nas diversas áreas, a partir do redimensionamento das necessidades, com prioridade para realização de CONCURSOS nas áreas de Educação, Saúde, Segurança, Guardas Prisionais, Sócio Educadores, Analista de Controle Interno;
14. Investir em tecnologia integrando os diversos sistemas e processos do estado, otimizando o uso dos insumos e modernizando os serviços prestados (patrimônio, almoxarifado, arrecadação, atendimento ao cidadão, atendimento ao servidor);
  15. Criar central de atendimento ao servidor com redesenho de processos para cuidar e resolver as diversas demandas funcionais;
  16. Fortalecer o programa de estágio em parceria com as diversas instituições de ensino;
  17. Reestruturação de carreiras, possibilitando a redução de acentuadas desigualdades de padrão remuneratório, a exemplo do PCCV;
  18. Ampliar a participação dos servidores na gestão estadual, nas diversas áreas do estado;
  19. Aprimorar o relacionamento com os sindicatos e entidades de representação de classe;
  20. Redesenhar a estrutura de funcionamento do estado com objetivo de prestar melhor serviço ao cidadão e reduzir o gasto público;
  21. Fortalecer a estrutura e o trabalho da controladoria com vistas a ampliar a transparência na gestão e auxiliar no controle do gasto;
  22. Fortalecer o regime complementar de previdência.

## **2º Eixo. Efetividade nas Políticas Sociais para Elevar a Qualidade de Vida**

### **Efetividade das Políticas Sociais**

Elevar a efetividade nas políticas sociais é uma exigência da população sergipana, que cobra diariamente maior resolutividade na prestação dos serviços públicos. A melhoria na qualidade da prestação dos serviços de saúde, na educação e nas políticas de assistência e inclusão social não depende apenas do montante dos recursos alocados. Tão importante quanto o volume de recursos nessas áreas são a regularidade do seu repasse e a eficiência com que são aplicados.

Problemas de gestão em grande parte podem ser atenuados por meio da melhoria da articulação entre os órgãos envolvidos e com a adoção de tecnologias adequadas, de forma a propiciar ganhos consideráveis na utilização dos recursos aplicados nas políticas públicas, aumentando a quantidade, a regularidade e a qualidade dos serviços prestados. É necessário priorizar a alocação recursos em atividades fins que visam o atendimento dos usuários dos sistemas públicos, economizando recursos nas atividades meios.

### **2.1- Saúde**

#### **Saúde - o SUS em Sergipe é feito por pessoas**

As políticas públicas do SUS em Sergipe seguem o grande desafio e missão de fazer cumprir os princípios do SUS, com propostas de realizar um planejamento estratégico e direcionado as necessidades básicas de saúde da população, focada nas informações sobre as situações de vulnerabilidades e do perfil epidemiológico dos agravos que atingem a população do estado.

O governo de Sergipe, por meio da Secretaria de Estado da Saúde, desenvolve o papel de coordenação da política estadual de saúde, indutor de políticas públicas na lógica de rede de atenção à saúde (RAS), tendo a atenção primária em saúde como coordenadora do cuidado e ordenadora desta rede dentro do sistema de saúde, conforme os princípios do SUS, universalidade, equidade e integralidade, bem como, produtor de serviço complementar aos municípios.

O processo da saúde pública em Sergipe demanda fortalecer os sistemas de apoio logístico e de governança do SUS, viabilizando a universalidade, descentralização e transparência da política na saúde, tendo um sistema de regulação e informação em saúde que fomente a PGASS – Programação Geral de Ações dos Serviços de Saúde.

Devemos aprimorar a relação federativa no SUS, fortalecendo a gestão compartilhada nas Regiões de Saúde e com a revisão dos instrumentos de gestão, considerando as especificidades regionais e a concentração de responsabilidades dos municípios, estados e União, visando oferecer ao cidadão o cuidado integral.

Vamos fortalecer as instâncias de controle social e garantir a autonomia e o caráter deliberativo dos conselhos de saúde, ampliando os canais de interação como usuário, com garantia de transparência e participação cidadã.

A inovação tecnológica visa contribuir com a qualidade da informação em saúde, monitorando, avaliando e analisando permanentemente os seus dados para identificação oportuna das necessidades de saúde, orientando a tomada de decisões para as intervenções, dentro da atenção à saúde, de forma contínua, integral e fortalecendo a regionalização no estado, ressaltando o Sistema de Regulação como a inteligência e o observatório da situação de saúde através do Centro de Informações e Decisões Estratégicas em saúde, fomentando a política pública com respostas satisfatórias à população do estado Sergipe.

Devemos ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS.

É nosso papel ampliar a oferta de serviços e ações de modo a atender as necessidades de saúde, respeitando os princípios da integralidade, humanização e justiça social e as diversidades ambientais, sociais e sanitárias das regiões, buscando reduzir as mortes evitáveis e melhorando as condições de vida das pessoas.

O SUS em Sergipe avançará por meio de uma política estadual, alicerçada na descentralização de ações e serviços e pautado em um modelo de gestão que considera imprescindível a participação popular através do controle social e da articulação Inter federativa através dos colegiados gestores regionais e estadual.

Dessa forma, se faz necessário iniciar a gestão governamental na saúde pública em Sergipe com a ousadia de implementar uma solução de gestão integrada da saúde que estabeleça a melhoria do sistema através da regulação, do monitoramento e avaliação de indicadores de saúde e gestão pública.

Outro sim, promover a produção e a disseminação do conhecimento científico, tecnológico, de análises de situação de saúde e da inovação em saúde contribuindo para a sustentabilidade do SUS Sergipe, para integrar dados dos diferentes sistemas de informação, a serem utilizados em análises de situação de saúde, estudos e pesquisas.

Devemos reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população por meio das ações de vigilância, promoção e proteção, com foco na prevenção e controle das Doenças Transmissíveis (DT), ações de Saúde do Trabalhador, e seus determinantes e condicionantes, com o objetivo reduzir e prevenir riscos e agravos à saúde da população, por meio das ações de vigilância, promoção e proteção.

Aprimoramento da capacidade de preparação e de resposta às emergências em saúde pública, prevenindo o risco de impacto à saúde humana, em situações de epidemias e desastres que demandem emprego urgente de medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública, em tempo oportuno, de forma qualificada e cooperativa.

Precisamos fortalecer a vigilância sanitária no cumprimento de sua missão não se limitando apenas ao "Poder de Polícia". Ela deve buscar representatividade nas instâncias do SUS e órgãos afins; propiciar e investir na educação sanitária para formar cidadãos mais conscientes; contribuir para a ampliação ao acesso de produtos e serviços regulados pela vigilância sanitária; e, "Reduzir o risco à saúde da população".

Ainda, deve desenvolver ações de gerenciamento do risco sanitário tais como: análise técnica de projetos arquitetônicos, análise processual, atividades de inspeção e fiscalização, monitoramento e controle, coleta de amostras para análises laboratoriais, ações educativas, ações integrais e Inter setoriais, atendimentos e denúncias, investigação com base epidemiológica e/ou indicadores de qualidade de vida, comunicação e divulgação de alertas sanitários e ambientais. Em relação às ações enquanto coordenação do sistema estadual de vigilância sanitária realizando operações, tais como: indução de políticas, assessoria aos municípios, monitoramento e avaliação.

Devemos estimular o desenvolvimento de processos de capacitação de recursos humanos em saúde do trabalhador, realizar capacitações nos protocolos de capacidade diferenciada de atenção integral à saúde do trabalhador, realizar palestras educativas demandadas para os trabalhadores inseridos nos processos produtivos em saúde. Ainda, construir o Plano de Monitoramento com o escopo de gerenciar a gestão das ações em saúde do trabalhador para monitorar as ações pactuadas, garantir a comprovação da efetividade das metas estabelecidas, que se constitui como normas, parâmetros e indicadores.

Promover o enfrentamento de problemas prioritários responsáveis por elevada mortalidade na população sergipana como a violência e acidentes e agravos com elevada carga de doença fortemente associadas à mortalidade assim como incapacidades temporárias ou permanentes, como a tuberculose, AIDS, hanseníase, esquistossomose, leishmaniose, doença de Chagas, arboviroses e hepatites que representam um desafio para o sistema de saúde estadual.

No contexto das doenças imunopreveníveis, aumentarem as coberturas vacinais em todo estado é uma estratégia prioritária para a eliminação e o controle de doenças em crianças, jovens, adultos e idosos.

As doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) devem ser de enfrentamento prioritário, pois têm registrado aumento considerável tendo como principais doenças desse grupo (doenças cardiovasculares, respiratórias crônicas, neoplasias, diabetes, hipertensão) causando mortalidade prematura e redução da qualidade de vida, com aumento de limitações e incapacidades que impactam, inclusive, economicamente.

Implementar Política Nacional de Promoção da Saúde (PNPS) deve ser um esforço prioritário visando à institucionalização da promoção da saúde no SUS estadual tendo a análise da situação de saúde como ferramenta de planejamento, indução e sustentabilidade das estratégias de redução dos fatores de risco, de proteção e controle dos principais riscos a saúde da população sergipana.

Pensando nisso, o Estado de Sergipe deve promover ações conjuntas com outros estados para a implantação e operacionalização de um Centro de Informações e Decisões Estratégicas em Saúde, a ser instalado na Secretaria de Estado da Saúde, visando à concentração das informações estratégicas para gestão do SUS, por compilação, compartilhamento, análise e monitoramento de indicadores de saúde.

Um dos muitos desafios do nosso futuro Governo é implementar a atenção oncológica em todos os seguimentos, desde a prevenção até a atenção hospitalar. O Hospital do Câncer em Sergipe, Governador Marcelo Déda Chagas, será um complexo de Serviços hospitalar e ambulatorial que será erguido em blocos por necessidade complementar a oferta atual.

Outro grande desafio da gestão da saúde é a manutenção do trabalhador da FHS – Fundação Hospitalar de Saúde, tendo em vista as necessidades de manutenção na qualidade de assistência dos profissionais, já capacitados e integrados na rede hospitalar.

Para tudo isso, é necessário garantir o financiamento estável e sustentável para o SUS, melhorando o padrão do gasto, qualificando o financiamento e os processos de captação de recursos.

### Propostas de maior impacto na Saúde

1. Construção do Hospital do Câncer de Sergipe – HOSE, Governador Marcelo Déda Chagas, por necessidade complementar a oferta atual;
2. Implantar o Centro Especializado em Reabilitação - CER IV;
3. Fortalecer a política estadual de educação permanente nos três níveis de atenção à saúde, tendo o trabalhador do SUS como prioridade;
4. Fortalecer a política de atenção primária em saúde;
5. Promover a implantação da política estadual de atenção especializada;
6. Implantar o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador do Estado de Sergipe;
7. Fortalecer a política de atenção hospitalar e urgência, com foco na regionalização e otimização da prestação de serviço para população;
8. Fortalecimento da Política Estadual de Regulação, com foco na transparência das listas de espera do SUS;
9. Fortalecimento da política de Vigilância e promoção em Saúde;
10. Descentralização e fortalecimento das ações de Vigilância sanitária nos 75 municípios do estado.
11. Promover campanhas institucionais de utilidade pública, com foco na educação em saúde;
12. Implantação e operacionalização do Centro de Informações e Decisões Estratégicas em saúde;
13. Fortalecimento da Participação Popular – Conselhos, Associações, Comitês, etc.;
14. Implantação de solução de gestão integrada da saúde de acordo com as diretrizes do SUS;
15. Informar as produções de saúde da Rede de Atenção nas suas diversas áreas e hierarquias

de saúde a fim de aumentar os recursos da união na produção de saúde;

16. Promover a efetivação do Planejamento Regional Integrado realizando reuniões regionais com gestores municipais efetivando a PGASS – Programação Geral de Ações dos Serviços de Saúde a partir das necessidades de saúde da população;
17. Implantação de painéis eletrônicos de monitoramento e avaliação de indicadores de saúde;
18. Implantação da política de Economia da Saúde no estado de Sergipe, como responsável pelo uso racional e eficiente dos recursos do SUS.

## 2.2 Educação

### Educação como Política de Estado

A transformação da educação em Sergipe requer o cumprimento do Plano Estadual de Educação em toda a sua amplitude. São avanços essenciais para construir uma sociedade mais democrática e com maiores oportunidades para todos. A população quer erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; a superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação; a melhoria da qualidade da educação pública; a formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade; a promoção do princípio da gestão democrática da educação pública; a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica; a aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade; a valorização dos profissionais da educação; a promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.

Para superar tais desafios é fundamental eleger a Educação como Política de Estado, o que significa que nossas ações devem transcender os interesses do governo empossado. As políticas e programas educacionais devem observar a impessoalidade de gestão dos órgãos educacionais e de desenvolvimento de projetos condizentes com o cumprimento de metas de longo prazo, promovendo a melhoria sistemática da qualidade da educação oferecida à população sergipana.

Frente às metas estabelecidas pelo Plano Estadual de Educação (PEE) para o decênio 2015-2025 é necessário acelerar a taxa de cumprimento dos indicadores.

## Desafios

São exemplos importantes de nossos desafios na educação ao longo do governo 2019-2022:

População de 0 a 3 anos que frequentava a escola ou creche. Sergipe em 2016: 24,3%; meta do PEE para 2025: 50%;

População de 4 a 5 anos que frequentava a escola ou creche. Sergipe em 2016: 92,2%; meta do PEE para 2025: 100%;

População de 6 a 14 anos que frequentava ou já tinha concluído o ensino fundamental. Sergipe em 2017: 98,5%; meta do PEE para 2025: 100%;

População de 16 anos com pelo menos o ensino fundamental concluído. Sergipe em 2017: 55,0%; meta do PEE para 2025: 95,0%;

População de 15 a 17 anos que frequenta o ensino médio ou possui educação básica completa. Sergipe em 2017: 54,3%; meta do PEE para 2025: 85,0%;

Alunos da educação básica pública que estão em jornada de tempo integral. Sergipe em 2017: 13,2%; meta do PEE para 2025: 25,0%;

Ideb dos anos iniciais do ensino fundamental. Sergipe em 2015: 4,1; meta do PEE para 2021: 6,0;

Ideb dos anos finais do ensino fundamental. Sergipe em 2015: 3,1; meta do PEE para 2021: 5,5;

Ideb do ensino médio. Sergipe em 2015: 2,6; meta do PEE para 2021: 5,2;

Taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais de idade. Sergipe em 2017: 85,5%; meta do PEE para 2025: 100%;

Professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam. Sergipe em 2016: 44,8% (Educação infantil), 63,3% (Anos iniciais do ensino fundamental), 51,6% (Anos finais do ensino Fundamental), 73,7% (Ensino médio); meta do PEE para 2025: 100%;

Professores da educação básica com pós-graduação. Sergipe em 2017: 35,6%; meta do PEE para 2025: 50,0%;

Professores da educação básica que realizaram cursos de formação continuada. Sergipe em 2017: 33,6%; meta do PEE para 2025: 100,0%.

## Propostas

### 1 - Estabelecimento da Educação como Política de Estado

A Educação como Política de Estado significa que nossas ações devem transcender os interesses políticos do governo; elas serão decisivamente dedicadas a procedimentos impessoais de gestão dos órgãos educacionais e de desenvolvimento de projetos condizentes com o cumprimento de metas na melhoria sistemática da qualidade da educação oferecida à população sergipana.

### 2 - Criação de mecanismos de colaboração entre os sistemas de ensino do Estado de Sergipe e dos seus Municípios

É imprescindível o acompanhamento local da consecução das metas do PEE, dos planos municipais, e a implementação de estímulos para os municípios objetivando podermos atingir as seguintes metas: 50% de crianças 0 a 3 anos em creches; 100% de crianças de 4 a 5 anos em escolas; 100% de estudantes de 6 a 14 anos no ensino fundamental; 85% de jovens de 15 a 17 anos no ensino médio e 25% de estudantes da educação básica pública em jornada de tempo integral.

### 3 - Criação do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica

O Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica será uma fonte de informação anual para a avaliação da qualidade da educação básica de forma rápida visando à orientação das políticas públicas desse nível de ensino para que possamos atingir as metas do Ideb previstas no PEE.

### 4 - Implantação de política de correção da distorção idade-série na educação básica

O objetivo é promover o uso sistemático de processos que promovam a correção das distorções de idade série na educação básica. A defasagem idade-série desmotiva o aluno para com a escola, o que estimula a evasão escolar. É a defasagem idade-série a principal causa da distorção de dois indicadores educacionais sergipanos: enquanto, em 2017, 98,5% dos jovens de 6 a 14 anos frequentava ou já tinha concluído o ensino fundamental, apenas 55,0% da população de 16 anos possuía o ensino fundamental concluído.

### 5 - Implantação de Política Estadual de Jovens e Adultos

Implantação de política estadual de educação de jovens e adultos (EJA), incluindo incentivos aos Municípios de Sergipe para a matrícula de jovens e adultos que evadiram da escola;

O objetivo com o estímulo adicional à EJA é promover ações que contribuam fortemente para que atinjamos a meta de 100% da população de 15 anos ou mais de idade devidamente alfabetizados, de 95% da população de 16 anos ou mais com pelo menos o ensino fundamental concluído, e de 85% da população com 18 anos ou mais com educação básica completa.

### **6 - Promoção de atividades extracurriculares nas escolas de educação básica**

Seguindo o princípio de que a motivação por aprender é o que mais promove a aprendizagem o Governo de Sergipe promoverá intensivamente nas escolas a oferta de atividades de artes, ciências, esportes e ofícios em horários diferentes daqueles em que os alunos estejam matriculados na escola.

### **7 - Promoção de eventos anuais de âmbito estadual para a implementação de atividades estudantis em artes, ciências, esportes e ofícios**

Também seguindo o princípio de que a motivação por aprender é o que mais promove a aprendizagem, o Governo de Sergipe promoverá, no âmbito da política educacional do Estado, intensa programação anual de eventos estudantis tipo festivais de música, teatro, dança e cinema; feiras de ciências e artesanato; exposições de obras de artes plásticas e bibliográficas. Ao participar de eventos dessa natureza, o estudante sente-se valorizado, pois se torna protagonista na história de sua comunidade.

### **8 - Publicação e divulgação de obras culturais e artísticas de autoria de estudantes da rede pública de educação básica**

O Governo de Sergipe promoverá forte política de apoio à publicação e divulgação de obras culturais, científicas e artísticas de autoria de estudantes da rede pública de educação básica, que sejam consideradas meritórias por comissões julgadoras especialmente instituídas para esse fim. Será mais uma forma de estímulo ao protagonismo estudantil e de valorização e desenvolvimento da cultura e da arte sergipanas.

### **9 - Implantação de currículos na educação básica que assegurem a promoção humanística, científica, cultural e tecnológica, além de princípios do respeito aos direitos humanos e à sustentabilidade socioambiental.**

O objetivo é que a educação pública sergipana promova a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

### **10 - Reestruturação da rede estadual de educação básica**

Desenvolveremos um amplo projeto de reestruturação de nossa rede de escolas visando: (a) Implantação de um padrão de qualidade na infraestrutura de todas as escolas da rede que garanta as funcionalidades necessárias a ensino de alta qualidade. Serão consideradas funcionalidades essenciais, além das salas de aula e de gestão escolar: Internet, biblioteca, laboratórios, refeitório,

quadra de esportes e auditório; (b) construção de escolas em áreas com carência de unidades escolares e realocação de unidades educacionais. A expansão das cidades e as mudanças da forma de ocupação das áreas urbanas centrais tem gerado distorção na oferta de vagas: ocorrem excessos nas áreas tradicionais e carências importantes nas áreas de expansão, implicando em desgastantes deslocamentos dos estudantes entre as residências e as escolas onde existem vagas; (c) promover a municipalização plena dos anos iniciais do ensino fundamental (1º ao 5º ano), inclusive com a transferência para a gestão municipal das escolas estaduais deste nível de ensino.

### **11 - Municipalização do transporte escolar**

Intensificaremos a colaboração das gestões estadual e municipais de educação visando à plena municipalização do transporte escolar. Entendemos que a gestão municipal é bem mais eficiente nesse assunto, inclusive com plena capacidade de realizar a otimização necessária para o bom atendimento das necessidades de transporte da comunidade estudantil com custo menor.

### **12 - Padronização do calendário escolar da educação básica**

Promoveremos, em colaboração com os municípios, a padronização do calendário escolar da educação básica da rede pública sergipana. A ideia é instituir um calendário escolar único, para a rede estadual e todas as redes municipais de educação básica, de tal forma que o ano letivo esteja sempre contido no ano civil brasileiro.

### **13 - Implantação de política de rateio do ICMS entre os municípios com base no resultado educacional das escolas**

Estabeleceremos uma política estadual em que a cota do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) destinada ao município seja calculada com parâmetros que dependam do desempenho das escolas do município nos indicadores do Sistema Estadual de Avaliação da Educação Básica. O objetivo dessa política será estimular os gestores municipais a praticar todos os esforços na elevação da qualidade da educação das escolas municipais e em atingir as metas do PEE.

### **14 - Política de contratação de professores baseada na garantia de sempre existir professores atendendo aos componentes curriculares das escolas de educação básica.**

Promoveremos a instituição de lei que garanta não ocorrer salas de aula da rede pública estadual sem professores lecionando todos os componentes curriculares. A legislação estabelecerá forma de contratação e de estabelecimento de cadastro reserva para o pronto atendimento das necessidades de professores que ocorrerem ao longo do ano letivo.

### **15 - Implantação de política de estímulo à formação em nível superior de professores de educação básica que ainda não a possuem**

O objetivo é promover o atendimento da meta de 100% de professores com formação superior adequada à área de conhecimento que lecionam, integrando, nesta política, as redes estadual e municipais de ensino. A motivação dessa política é a crença firme de que a melhoria da educação pública depende fortemente da valorização e qualificação docente.

### **16 - Implantação de política de formação continuada de professores de educação básica**

Implantaremos política de aperfeiçoamento e atualização permanente dos docentes da rede pública de educação básica. O objetivo é promover o atendimento da meta de 100% de professores que tenham participado de cursos de formação continuada e de 50% de professores com pós-graduação (especialização, mestrado, doutorado), integrando, nesta política, as redes estadual e municipais de ensino. A motivação dessa política, também, é a crença firme de que a melhoria da educação pública depende fortemente da valorização e qualificação docente.

### **17 - Implantação de política permanente de formação de gestores educacionais**

Entendemos que a gestão escolar em todos os seus aspectos e níveis é essencial para o bom desempenho das unidades educacionais. Considerando isso, desenvolveremos uma política de oferta sistemática de cursos de formação em gestão educacional para os profissionais da educação pública sergipana. Integraremos nesta política as redes estadual e municipais de educação básica. A motivação dessa política é, também, a crença firme de que a melhoria da educação pública depende fortemente da valorização e qualificação dos profissionais da educação.

### **18 - Publicação e divulgação de obras culturais e artísticas de autoria de professores e demais profissionais da rede pública de educação básica**

O Governo de Sergipe promoverá forte política de apoio à publicação e divulgação de obras culturais, científicas e artísticas de autoria de professores e demais profissionais da rede pública de educação básica, que sejam consideradas meritórias por comissões julgadoras especialmente instituídas para esse fim. Será mais uma forma de estímulo ao protagonismo dos docentes e técnicos educacionais do Estado de Sergipe, e de valorização e desenvolvimento da cultura e da arte sergipanas.

### **19 - Efetivação da gestão democrática da educação pública sergipana**

Promoveremos a gestão democrática da educação pública sergipana, através de legislação específica, nos termos estabelecidos no PEE, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar. O objetivo é efetivar procedimentos impessoais de gestão das unidades

escolares visando agilizar o cumprimento das metas de melhoria da qualidade da educação oferecida à população sergipana. Além disso, a gestão democrática promoverá o sentimento de pertencimento da comunidade escolar para com a escola, o que realimentará o processo de crescimento da qualidade da educação.

### **20 - Promoção da não violência na escola**

Estabeleceremos política de promoção da paz na escola, isto é, a promoção do sentimento de segurança da comunidade escolar, através do princípio essencial da não violência. Além de assegurar a presença de dispositivos e de pessoal de segurança, a ideia é promover o acolhimento da escola pela comunidade que reside próxima da escola; é fazer com que a comunidade sinta que a escola lhe pertence; é fazer a escola se tornar um centro comunitário.

### **21 - Realização da Conferência Estadual de Educação**

O objetivo da primeira Conferência Estadual de Educação, a ser realizada em 2019, será avaliar de forma ampla e democrática a execução do Plano Estadual de Educação e das políticas públicas estadual e municipais na área de educação, bem como subsidiar a elaboração do PEE para o decênio 2025-2035. A Conferência Estadual de Educação deverá ser precedida de conferências municipais e intermunicipais, articuladas e coordenadas pelo Fórum Estadual de Educação.

## **2.3. Inclusão e assistência social**

O Grande Desafio da política social é a redução do número de Pessoas que estão na Extrema Pobreza que hoje corresponde a 33,53 % da população sergipana que corresponde a 776.268 pessoas nessa situação. Outro macro desafio é a redução da taxa de desemprego que tem sido um dos maiores problemas sociais atualmente enfrentados. Atualmente no Estado de Sergipe registrou uma taxa de desemprego, de 17,1% das pessoas, sendo este percentual o mais alto da série histórica do levantamento, que teve início no primeiro trimestre de 2012. Segundo dados do IBGE, Sergipe está entre os cinco estados com maior percentual de população em situação de desemprego no primeiro trimestre de 2018. Amapá (21,5%), Bahia (17,9%), Alagoas (17,7%) e Pernambuco (17,7%), encabeçam a lista. Entre as Regiões Metropolitanas, a região de Aracaju (19,8%) está entre as três regiões com as maiores taxas.

Visando melhorar a rede estadual socioassistencial objetivando minimizar os efeitos causados pela extrema pobreza elegemos prioritariamente ações voltadas a: Consolidação da Política da assistência Social articulada com as demais políticas públicas federais e estaduais, propor a aprovação do Projeto de Lei Estadual da Assistência Social que dará ênfase à questão do Cofinanciamento estadual da Proteção Social Especial de Média e da alta complexidade, criar indicador estadual de vulnerabilidade social e condição de pobreza multidimensional onde ocorrerá o geomaapeamento dos serviços socioassistenciais.

Objetivando minimizar os efeitos causados pelo desemprego e que as políticas públicas voltadas ao trabalho e renda cheguem a todos os lugares e atendam a todos os sergipanos elegemos prioritariamente ações que irão mudar a vida dos sergipanos tais como: a Ampliação e modernização das unidades do Sistema Nacional de Emprego (SINE), que além de manter um banco de vagas, prioriza a educação profissional como instrumento de emancipação humana e de valorização do fator trabalho no processo produtivo; implantar unidades de atendimento aos trabalhadores autônomos, criar o programa de Empregos Sociais (Egressos (as)) das unidades de medida sócias educativas e prisionais, público alvo do SINE e beneficiários do aluguel social, reestruturação da Rede de Economia Solidária, dando ênfase aos seus princípios de autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário e a Reestruturação da política estadual de micro finanças; através da criação do Fundo de Aval Solidário.

Uma medida de grande impacto na área da geração de emprego para a população pobre será criação de **Grupos de Trabalhos Solidários**, compostos por trabalhadores contratados de forma temporária, com vistas à realização de mutirões e ações nas áreas de infraestrutura\ habitação, cuidados sociais, etc;

A Política de Assistência Social no Brasil faz parte de um sistema de proteção social amplo que foi constituído com objetivo de garantir direitos sociais a quem dela necessitar. Esse Sistema de Proteção, denominado Seguridade Social, é estimado como um avanço na área, considerando sua trajetória histórica, marcada por ações pontuais, dispersas e descontínuas e, que quase sempre eram executadas pelas organizações desvinculadas do Governo com foco na filantropia.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, no art. 203, a Assistência Social. Passa a ser prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, Contudo, para garantir a regulamentação da Assistência Social como política pública, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS (1993), cuja redação foi atualizada pela Lei 12.435/2011, a Política Nacional de Assistência Social (2004) e foi instituído o Sistema Único da Assistência Social (SUAS/2005), significando um avanço da Assistência Social no enfrentamento às vulnerabilidades sociais que afetam as famílias brasileiras, possibilitando respostas efetivas aos efeitos da questão social no Brasil.

Com a criação do SUAS foi implantado no Brasil um novo modelo de proteção social, estruturado em dois níveis: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta complexidade). Assim, ao analisar o panorama atual da Assistência Social, que rompe com o conservadorismo e o assistencialismo, podemos perceber que ao se definir atribuições aos três entes federados, no campo público e no campo dos direitos, fortalece a construção de um Estado responsável e democrático, ou ainda como ressalta Sposati (2006, p.114) "não é a tese liberal ou neoliberal que o sustenta [...] supõe efetivar, na assistência social e no processo de gestão, os princípios republicanos e democráticos".

Esta mudança programática impulsionada pelo caráter proativo desta política convoca os entes federados a pensar em estratégias para superação da situação de vulnerabilidade da população, gerando maior articulação Intersetorial do SUAS com outras políticas públicas e buscando assegurar o acesso a serviços, programas e ações que objetivem a proteção social dos indivíduos e famílias e o enfrentamento da extrema pobreza e das desigualdades sociais.

Nesse contexto frente à Redução da Extrema Pobreza a partir do paradigma da primazia do Estado na gestão pública e da universalização do direito à proteção social o Governo de Sergipe assume a responsabilidade de formular e coordenar a gestão da rede estadual de inclusão e de proteção social no sentido de oferecer respostas imediatas e concretas, prioritariamente, às demandas e necessidades do Estado e Municípios para superação das mazelas que vivem 33,53% da população Sergipana.

Para alcance desse objetivo a perspectiva é de reformulação e estruturação das políticas públicas com foco na intersectorialidade em três eixos fundamentais:

- Programa de Estruturação do Sistema Único de Assistência Social;
- Programa de Políticas em Direitos Humanos;
- Programa de Política da Inclusão através do Direito à renda, moradia, alimentação e nutrição;

## CONTEXTUALIZAÇÃO

Localizado na Região Nordeste, com uma área de 21.915,116 Km<sup>2</sup>, Sergipe é o menor estado brasileiro. Possui 75 municípios distribuídos em seu território. De acordo com o Censo do IBGE em 2010, Sergipe possuía uma população de 2.068.017 habitantes, sendo 51,4% composta de mulheres (1.062.976 pessoas) e 48,6% por homens (1.005.041 pessoas).

Esse número de habitantes representa cerca de 3,8% da população do Nordeste e 1% da população brasileira. Por ser um Estado de pequenas dimensões territoriais, Sergipe apresenta uma densidade demográfica de 89,9 hab./km<sup>2</sup>, muito superior às médias da Região Nordeste (32,8 hab./km<sup>2</sup> e do Brasil (21,6 hab./km<sup>2</sup>). (SEPLAN/SUPES/Sergipe em Dados/2008).

Para uma melhor organização político-administrativa, em 2007 o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), em parceria com a Universidade Federal de Sergipe, dividiu o Estado em 08 territórios. Esta territorialização tem servido de base para o planejamento e execução das políticas públicas tendo em vista o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população.

De acordo com a Organização das Nações Unidas – ONU, indicadores como População, Saúde, Educação, Atividade Econômica, Renda, Patrimônio, Uso do Tempo, Segurança Pública, Mobilidade Social e Cultura, no bojo de mais de 50 indicadores sociais.

No que concerne à extrema pobreza, segundo dados do IBGE/2010 o Estado de Sergipe ocupa a 8ª posição no país e em relação à região nordeste esta na 4ª colocação ficando a frente dos estados como a Bahia, Paraíba, Piauí, Maranhão e Alagoas.

Diante desse panorama, o Programa elaborado tem como desafio retirar 767.268 pessoas (setecentas e sessenta e sete mil duzentas e sessenta e oito) da extrema pobreza, transformando-a em meta mobilizadora e agregadora de todos os programas, iniciativas e ações governamentais que compõem a rede de serviços sócio assistenciais distribuídas nos oito territórios do Estado, promovendo melhor qualidade de vida a todos sergipanos, para isso o Programa esta definido em três eixos com as seguintes ações:

1. Programa de Estruturação do Sistema Único de Assistência Social;
2. Consolidar a Política da Assistência Social, articulada com as demais políticas publica federais e estaduais;
3. Criar serviços regionalizados de atendimento às crianças, adolescentes, idosos, mulheres e outros segmentos vitimas de violência, maus tratos, abuso e negligencia;
4. Garantir o atendimento de Crianças e Adolescentes nas unidades regionais estaduais de Acolhimento;
5. Garantir o atendimento a pessoas e famílias em situação de rua na unidade estadual de Acolhimento;
6. Propor a aprovação do Projeto de Lei Estadual da Assistência Social;
7. Normatizar a concessão de benefícios eventuais e apoiar os municípios na sua implantação.
8. Criar um indicador estadual de vulnerabilidade social e condição de pobreza multidimensional para promover a organização e o geomapeamento dos serviços socioassistenciais (Intersetorial);
9. Qualificar a rede de serviços socioassistenciais, adotando política de recursos humanos necessária á prestação de serviços de qualidade;
10. Reestruturar o FEAS a fim de dotá-lo de mecanismos de controle social na aplicação dos seus recursos e rever mecanismo de arrecadação;
11. Repactuar o Cofinanciamento da Proteção Social Básica nos municípios.

12. Garantir o Cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica , Especial de Média e Alta Complexidade e Benefícios Socioassistencial;
13. Implementar Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade para Mulheres Vítimas de Violência;
14. Implantar Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade na modalidade de Republica para Jovens;
15. Fortalecimento das Instâncias de Controle (Conselho Estadual de Assistência Social-CEAS) e Pactuação (Comissão Intergestores Bipartite –CIB);
16. Realização, de acordo com a disponibilidade orçamentária, de Concurso Publico na área de Assistência Social

### **Programa de Políticas em Direitos Humanos**

1. Implantação da Casa da Mulher Sergipana unificando a oferta de serviços ligados à proteção da mulher
2. Criação do Fundo Estadual da Política das Mulheres.
3. Reestruturação dada Rede de atendimentos à Mulher. (CREAM's e DEAM's)
4. Desenvolver ações para o fortalecimento de povos e comunidade tradicionais.
5. Fortalecimento das Políticas LGBT's;
6. Política de inclusão de pessoas com deficiência;
7. Assegurar a permanência da pessoa com deficiência ao tratamento e a educação inclusiva: transporte, atendimento clinico e rede escolar inclusiva (Intersetorial);
8. Viabilizar o cumprimento da legislação de acessibilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, elaborando as regulamentações complementares e articulando as três esferas de governo e a sociedade civil;
9. Reestruturar a política estadual do Idoso, em consonância com as diretrizes da Política Nacional e o Estatuto do Idoso;
10. Criar e/ou expandir a rede de Centros de convivência e Qualidade de Vida do Idoso numa perspectiva regional, mediante a construção de equipamentos sociais, visando atender a demanda crescente de idosos através de serviços especializados: atividades recreativas,

sócio culturais, esportivas, terapêuticas, hidroginástica e musicoterapia;

11. Criação de centros de referencia nos territórios sergipanos para atendimento de crianças e adolescentes com deficiência;
12. Ampliação das atividades do Centro de Referencia da Educação Especial (CREESE) para avaliação diagnostica de pessoas com deficiência (Intersetorial);
13. Construção da política estadual da Educação Especial (Intersetorial);
14. Criação dos Planos Estadual Decenais: Primeira Infância, Erradicação do Trabalho Infantil, Enfrentamento ao CRACK e outras Drogas, Direitos humanos e Adolescentes, com a participação dos Conselhos (Intersetorial);
15. Criação do Conselho Estadual dos Direitos humanos;
16. Fortalecimentos dos Conselhos Estaduais enquanto instancias de deliberação de políticas publicas;
- 17.17) Estruturar e equipar a defesa Civil Estadual: Através do radar meteorológico para uma maior precisão da previsão de eventos climáticos adversos;
18. Investir em Obras de prevenções como de estruturas de contenção, estabilização de encostas, em áreas de riscos no Estado, como também desassoreamento de rios eliminando e/ou minimizando riscos de inundação e alagamento;
19. Investir em tecnologia para dar suporte às ações e Defesa Civil, a exemplo de sistema de alerta e alarme em comunidades localizadas em áreas de riscos, mapeamento de áreas de riscos com utilização de drones;
20. Criação o Sistema Estadual de Proteção e Defesa civil com base no apoio técnico e financeiro de atividade local nos municípios que possuem órgãos de defesa civil, alinhado a política de proteção e defesa civil;
21. Criação do fundo estadual de proteção de defesa civil.

### **Programa de Política da Inclusão através do direito à renda, moradia, alimentação e nutrição**

1. Ampliação do Programa Mão amiga para a cadeia produtora do leite.
2. Elaboração da política estadual de arranjos produtivos Locais – APL's com prioridade de apoio aos empreendimentos coletivos localizados nos territórios de baixo IDH. (Intersetorial)

3. Reestruturação da Rede de Economia Solidária, dando ênfase aos seus princípios de autogestão, democracia, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, comércio justo e consumo solidário.
4. Criação de Grupos de Trabalhos Solidários, compostos por trabalhadores contratados de forma temporária, com vistas à realização de mutirões e ações nas áreas de infraestrutura\ habitação, cuidados sociais, etc; ( Benefícios de Serviços Comunitários)
5. Reestruturação da política estadual de microfinanças; através da criação do Fundo de Aval Solidário;
6. Criação do fundo estadual de trabalho e emprego.
7. Ampliação da oferta de emprego. (Intersetorial)
8. Ampliação e modernização das unidades do SINE.
9. Ampliação da oferta de vagas de qualificação Profissional da População, articulado com o programa Sergipe mais Emprego, a exemplo dos Startups. (Intersetorial).
10. Implantação de unidades de atendimento aos trabalhadores autônomos.
11. Criação do programa de Empregos Sociais (Egressos (as) das unidades de medida sócias educativas e prisionais, público alvo do SINE e beneficiários do aluguel social);
12. Implantação de oficinas de inovação e aperfeiçoamento da atividade artesanal do Estado.
13. Criação de canais de comercialização de produtos artesanais. (Intersetorial).
14. Fortalecer o Sistema de Segurança Alimentar e nutricional junto aos municípios através da adesão ao SISAN.
15. Criação de programa Estadual de Aquisição de Alimentos baseado na compra direta – Projeto de Lei dos 30% que regulamenta a aquisição de produtos oriundos da Agricultura Familiar por órgãos Estaduais.
16. Ampliação ou implantação de um anexo do restaurante popular Padre Pedro, no bairro Santa Maria.
17. Fortalecer o programa de orientação nutricional para escolas da rede publica estadual e municipal. (Intersetorial).

18. Fortalecer as cooperativas ligadas à agricultura familiar, viabilizando melhorias na infraestrutura e compensação fiscal dos produtos/gêneros alimentícios produzidos pelos empreendimentos familiares, cujo produtor seja do CAD (Inter setorial);
19. Reestruturação da Política de Habitação de interesse social, através de criação de kits de material de construção para erradicação das edificações subnormais. Parcerias realizadas com municípios e organizações sociais. (Intersetorial).
20. Incentivar a Pessoas Físicas e Jurídicas a destinarem recursos provenientes do Imposto de Renda para subsidiar as ações para fortalecer a política de Criança e Adolescente e Idoso.

## **3º Eixo. Segurança Pública: Construir uma cultura de paz**

### **O Sergipe é Prioridade**

A Segurança Pública se estabelece como pilar determinante para a existência do Estado Democrático de Direito e condição precípua para garantia do exercício da liberdade em sua plenitude e dos direitos fundamentais na medida em que presta serviços essenciais ao bem-estar dos cidadãos e à democracia.

A eficiência e eficácia das ações policiais não dependem apenas dos equipamentos ao seu dispor, sendo de suma importância o reconhecimento social, valorização profissional, capacitação e motivação permanentes dos profissionais que compõem o sistema de segurança pública, dado o nível de exigência, stress e complexidade inerentes às missões que lhes são conferidas as quais, por vezes, ultrapassam os limites da própria área de atuação.

O crescente aumento da violência nas últimas décadas desencadeou um processo de mudança significativa no comportamento social em decorrência dos índices alarmantes de criminalidade os quais não são mais exclusividades dos grandes centros urbanos. Diante desta grave problemática, a segurança pública tornou-se alvo de constantes críticas advindas da população, potencializadas pelos meios midiáticos, exigindo do Estado ações repressivas e contundentes no enfrentamento a criminalidade.

A redução de índices de criminalidade, violência e vulnerabilidade dos jovens, por meio do fortalecimento das ações de prevenção restabelecendo a sensação de segurança, são questões centrais na agenda de políticas públicas.

Essa estratégia associada às medidas de repressão qualificada à criminalidade, com ênfase na gestão de pessoas, na polícia de proximidade e na inteligência, integradas às iniciativas sociais e econômicas do Governo do Estado que objetivam a inclusão social e a ampliação de oportunidades voltadas para as populações mais vulneráveis, comunicando a nossa missão, valores e visão de futuro, apresentando breve abordagem sobre a metodologia utilizada para construção do modelo proposto.

Com o objetivo de sistematizar e fortalecer as políticas públicas de segurança para a redução da violência, são apresentados a seguir desafios e propostas baseados em um modelo de gestão qualificado com atuação transversal, objetivando reorganizar suas estruturas administrativas, fortalecer os instrumentos de planejamento e controle social, bem como valorizar e direcionar adequadamente a atuação dos Órgãos de Segurança Pública.

Com bases nestas diretrizes, serão firmados compromissos públicos que abordarão desde a integração de políticas setoriais com a atuação dos Órgãos de Segurança Pública de forma qualificada como as questões relacionadas a promoção da cultura de paz, redução da sensação de insegurança e a redução dos homicídios em áreas periféricas.

Ademais, a proposta irá contemplar a construção de um sistema de planejamento e gestão, com base em diagnósticos, indicadores monitoramento e avaliação, além da valorização produtiva. Este sistema permitirá o acompanhamento e controle social das ações de Segurança Pública. Só assim será possível verificar se as medidas tomadas estão apresentando os resultados esperados, propiciando ajustes nas iniciativas de cada Área Integrada de Segurança Pública/AISP.

Por fim, investir, com a devida prioridade, na adoção do Modelo de Gestão de Segurança com os meios e recursos humanos, materiais, tecnológicos e outros necessários para o efetivo cumprimento da sua missão constitucional.

## Desafios

Os principais desafios da área da segurança pública podem ser sintetizados nos dez pontos abaixo:

- Promover a segurança pública participativa;
- Modernizar a Gestão Estratégica institucional;
- Aprimorar as ações de Prevenção Social da Violência e do Crime;
- Reprimir o tráfico de Drogas, de Armas e Seres Humanos

- Coibir de forma sistemática as ocorrências de roubos de veículos, em ônibus e de aparelhos celulares;
- Debelar a lavagem de dinheiro e os circuitos financeiros do crime organizado;
- Reduzir a criminalidade e a violência em especial os índices de homicídios dolosos;
- Ampliar as ações preventivas de Atividades técnicas da área de defesa civil;
- Reduzir os índices de acidentes e mortes violentas no trânsito;
- Elevar o nível de confiança e de satisfação da população na atuação dos órgãos de Segurança Pública.

## Propostas

1. Criar o Conselho Estadual de Segurança Pública;
2. Aprimorar as organizações internas por meio de Gestão Estratégica institucional;
  - Adequar o efetivo das forças de Segurança Pública, por meio de concursos públicos.
  - Modernizar, otimizar e ampliar a infraestrutura tecnológica e Física das forças de Segurança Pública;
  - Institucionalizar a adoção dos Procedimentos Operacionais Padrão e Administrativo;
  - Criar mecanismos para a integração entre as Ouvidorias das forças de Segurança Pública.
3. Apoiar a Valorização Profissional;
  - Formar e capacitar os profissionais dos órgãos de Segurança Pública;
  - Implantar um padrão para formação e capacitação dos guardas municipais;
  - Fortalecer as ações do Centro Integrado de Apoio Psicossocial-CIAPS;\
  - Incentivo à promoção de qualidade de vida dos profissionais de segurança pública com a Transformação da Campanha Saúde Segura no Programa "Cuide-se para Cuidar".
  - Estabelecer a qualificação permanente de servidores públicos a serviço da administração da Segurança Pública;
  - Identificar talentos gerenciais entre os servidores da Segurança Pública.
4. 4) Aprimorar a Gestão do conhecimento;
  - Interligar e compartilhar os bancos de dados dos órgãos públicos.
  - Modernizar o parque tecnológico dos sistemas de informações da segurança pública;
  - Fortalecer ações integradas dos Sistemas de Informações e Estatísticas;
  - Fortalecer as ações do Núcleo de Análises e Pesquisas em Políticas Públicas de Segurança e Cidadania-NAPSEC;

- Intensificar e integrar a produção de conhecimento de inteligência para as áreas estratégicas e finalísticas;
  - Propor a convocação e auxiliar na coordenação da Conferência Estadual de Segurança Pública.
5. Fortalecer o Programa: “Minha Comunidade Segura”;
- Apoiar as políticas públicas preventivas dos Órgãos de Segurança Pública;
  - Criar a Coordenação Geral de Prevenção via Decreto;
  - Articular com as políticas de saúde, assistência social, educação, esporte, cultura;
  - Articular e apoiar a Federação dos Conselhos Comunitários de Segurança Pública os Conselhos Comunitários;
  - Implementar um plano de comunicação da Segurança Pública;
  - Reconfigurar o Plano Estadual de enfrentamento as Drogas lícitas e ilícitas;
  - Criar um Fluxograma de orientação e proteção aos usuários de drogas e extinção à violência institucional.
6. Fortalecer a Repressão Qualificada;
- Efetivar a compatibilização das áreas integradas de segurança pública (AISps), com instituição de metas, avaliação de desempenho e gestão por resultados.
  - Criar um aplicativo policial em uma plataforma móvel com informações de estatísticas criminais através do mapa e recebimento de notificações de acordo com a proximidade das ocorrências.
  - Monitorar ações de Segurança Pública para:
    - a) promover o alinhamento dos órgãos setoriais em torno das prioridades de Segurança Pública;
    - b) avaliar o desempenho dos programas e projetos prioritários, com encaminhamento das providências necessárias à superação de restrições a sua execução.
  - Otimizar a distribuição espacial do efetivo policial, priorizando as áreas mais violentas do Estado;
  - Interiorização do Grupamento Especial Tático de Motos/GETAM, Departamento de Atendimento a Grupos Vulneráveis/DAGV, Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoas/DHPP, Departamento de Narcóticos da Polícia Civil/DENARC e Departamento de Crimes Contra a Ordem Tributária e Administração Pública/DEOTAP, expandindo-as para as cidades estratégicas do interior do Estado, tais como: Nossa Senhora do Socorro, Propriá, Tobias Barreto, Nossa Senhora da Glória, Itabaiana, Maruim, Lagarto e Estância.
  - Criar os Postos de Atendimento à População/ PACs-Povoados.

- Possibilitar que os dados do Relatório de Ocorrência Policial/ROP da Polícia Militar sejam migrados para o Boletim de Ocorrências, tendo a PC e a PM recebimento das informações do fato criminoso, sem a necessidade da vítima ir a delegacia para registrar a ocorrência.
  - Qualificar a investigação criminal, ampliando a capacidade de resposta às demandas da sociedade;
  - Modernizar os Órgãos de perícias: Instituto Médico Legal/IML, Instituto de Análises e Perícias Forense/IAPF, Instituto de Criminalística/IC e Instituto de Identificação/II.
  - Investir nas agências de inteligência dos Órgãos de Segurança Pública e de algumas unidades especializadas da Polícia Civil, tais como: Laboratório de Lavagem de Dinheiro, Delegacia de Crimes Cibernéticos/DRCC e, DHPP e DENARC;
  - Criar o Laboratório Cibernético/CIBERLAB;
  - Intensificar o controle e a fiscalizar as divisas do Estado de Sergipe;
  - Reativar postos do Batalhão de Polícia Rodoviária Estadual/BPRV;
  - Apoiar a ampliação e integração dos sistemas de vídeo-monitoramento com sistemas privados e públicos;
  - Implantar o monitoramento de Câmeras com Leitura de Placas de Veículos
  - Transformar o Centro Integrado de Operações de Segurança Pública (CIOSP) em Centro Integrado de Comando e Controle (CICC);
  - Implementar as seguintes ferramentas para dar suporte ao trabalho das diversas forças policiais ali integradas:
    - SINESP CAD: implantação do sistema de atendimento e despacho de ocorrências;
    - SISTEMA DETECTA: promove a integração de bancos de dados e câmeras de diferentes instituições para monitorar áreas específicas, veículos e suspeitos para auxiliar as polícias no combate ao crime em todo o território;
    - ALERTA CELULAR: criar um banco de dados dos aparelhos de celulares para inibir a ação dos assaltantes.
  - Intensificar a integração da produção de conhecimento de inteligência às áreas estratégicas e finalísticas;
  - Desenvolver ações de inteligência para desmantelar o crime organizado e suas facções;
  - Integrar o Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Estado de Sergipe - SISP ao Sistema de Inteligência de Segurança Pública do Nordeste e Nacional.
7. Reestruturar a Força Estadual contra Catástrofes/Desastres;
- Expandir e estruturar a atuação do Corpo de Bombeiros Militar/CBMSE;
  - Integrar o Sistema de Defesa Civil Estadual: Otimizar o funcionamento do sistema de defesa civil.
  - Desenvolver a cultura da responsabilidade socioambiental em processos e ocorrências;

## 8. Desenvolver a Paz no Trânsito.

- Retomar as medidas de reeducação permanentes sobre faixas de pedestre, limites de velocidade, ingestão de bebidas, entre outros;
- Manter e intensificar a fiscalização de trânsito constante, enfatizando o transporte escolar, de carga, de emergência e o coletivo;
- Manter ininterruptamente o funcionamento do serviço Atendimento Pré-hospitalar;
- Ampliar o socorro aéreo para conduzir a equipe médica ao local do acidente;
- Capacitar os agentes de trânsito e saúde em simulação de catástrofes;
- Provocar a municipalização de trânsito a fim de criar e operar uma rede estrutural de trânsito de pedestres e ciclistas;
- Fomentar, em conjunto com o Departamento de Infraestrutura Rodoviária do Estado de Sergipe (DER/SE), um programa de segurança viária, visando melhorias das vias públicas e da sinalização de trânsito a fim de evitar acidentes;
- Promover junto à sociedade organizada movimentos em prol da segurança no trânsito.

## 4º Eixo. Identidade Cultural, Esportes e Juventude

### 4.1- Cultura

#### Identidade cultural, como marca da Sergipanidade!

O maior desafio da área Cultural é promover o acesso da população à produção artística sergipana, bem como o reconhecimento e a valorização das nossas manifestações populares, além da difusão dos bens culturais na capital e no interior, num processo de democratização das políticas públicas.

#### Desafios

Esse enunciado expõe de forma sintética os problemas enfrentados:

O orçamento da área cultural é insuficiente, para garantir o bom funcionamento das unidades culturais e o atendimento ao público.

- Teatros:
  - Atheneu
  - Tobias Barreto
  - Lourival Baptista
- Museus:
  - Histórico de Sergipe (São Cristóvão)
  - de Arte Sacra (Laranjeiras)
  - Afro (Laranjeiras)
- Casa e Cultura João Ribeiro (Laranjeiras)
- Biblioteca Pública Epifânio Dórea
- Biblioteca Infantil
- Arquivo Público de Sergipe
- Centro de Criatividade
- Espaço Cultural Gonzagão

Falta de mão de obra qualificada nas unidades culturais. Exemplo: Carência de bibliotecárias, museólogos, produtores artísticos, curadores de arte, técnicos de som e iluminação, professores de arte, etc.

A produção artística não consegue circular pelo interior. É necessário criar condições e políticas públicas. Eu só valorizo aquilo que conheço!

As manifestações populares, uma das marcas de nossa identidade cultural, precisam ser valorizadas para não perecerem. Faltam incentivos e valorização.

É necessário difundir a nossa produção literária.

É necessário ofertar cursos que propiciem o surgimento de novos artistas e eventos que divulguem e valorizem essa produção nos territórios sergipanos.

## Propostas

1. Aprovação do Plano Estadual de Cultura na Assembleia Legislativa;
2. Realização de Concurso Público [Estruturação do quadro funcional] para atender as necessidades das unidades culturais, bem como as exigências da Lei.
3. Exemplo: A Biblioteca Pública já foi notificada por não ter bibliotecária.
4. Aprovação da Lei dos Mestres, o que vai propiciar uma melhor qualidade de vida para aqueles que mantêm vivas as nossas raízes populares. Em contrapartida eles repassarão o seu saber aos alunos da Escola Pública mais próxima de sua residência.
5. Realização de editais para publicação da Produção Literária Sergipana, nas áreas: poesia, conto, dramaturgia.
6. Descentralização das ações culturais, por meio da realização de cursos artísticos e eventos nos territórios sergipanos.
7. Manutenção das ações que já estão sendo desenvolvidas:
  - Encontro Cultural de Laranjeiras;
  - Encontro Nordeste de Cultura - Arraiá do Povo;
  - Manutenção do Fundo Estadual de Cultura;
  - Festival Sergipano de Artes Cênicas;
  - Programa anual da Orquestra Sinfônica de Sergipe;
  - Editais de Demanda Espontânea, Intercâmbio Cultural e de Montagem de espetáculos: Teatro, Dança e Circo;
  - Edital - Prêmios Literários: Santo Souza e Núbia Marques.

8. Manutenção da Orquestra Jovem de Sergipe, no bairro Santa Maria.

9. Realização do Projeto de Circulação dos artistas sergipanos pelo interior, o que vai criar uma cadeia produtiva.

## 4.2- Esporte e juventude

Estruturar políticas públicas que promovam a cultura esportiva, de lazer e juventude no estado de Sergipe é peça fundamental nas políticas públicas de inclusão, valorizando a acessibilidade, a multidisciplinaridade e a descentralização das práticas esportivas.

Todo jovem tem direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil. A participação da juventude nos espaços públicos é compreendida a partir da inclusão dos jovens como pessoas ativas, livres, responsáveis e dignas de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais. O Estatuto da Juventude também prevê a participação do jovem na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

O esporte é em si prática mobilizadora da juventude. E é fundamental como uma política de Estado com vista ao desenvolvimento da nação, ao fortalecimento da identidade cultural, da cidadania, da autodeterminação de seu povo e com vista à defesa da soberania do país.

## Desafios

Efetivar a integração de políticas públicas entre os órgãos governamentais e autarquias se utilizando da transversalidade;

Contribuir para a inserção de jovens no mercado de trabalho;

Garantir espaços que proporcione aos jovens sergipanos de 15 a 29 anos, o acesso às políticas públicas que visem o desenvolvimento de suas potencialidades e emancipação;

Priorizar a implementação de projetos objetivando a participação dos jovens em situação de vulnerabilidade social;

Captação de eventos esportivos regionais, nacionais e internacionais a serem sediados no Estado de Sergipe;

Estabelecer política permanente de apoio e manutenção aos atletas de destaque esportivo e desenvolvimento do esporte amador, bem como as suas entidades de administração esportiva;

Ampliação do atendimento à população de atividades de iniciação e treinamento esportivo oferecidos nas escolas estaduais de esportes;

Implantação e modernização da infraestrutura pública esportiva e de Lazer.

## Propostas

1. Criação de um Plano Integrado de Políticas Públicas de Juventude;
2. Monitoramento das empresas instaladas que possuem isenção fiscal no Estado de Sergipe, pela Diretoria de Juventude em parceria com o Núcleo ao Apoio ao Trabalho – NAT para a verificação do cumprimento da lei federal 10.097/2000 (lei do jovem aprendiz), com o apoio da Secretaria de Estado da Fazenda - SEFAZ e Companhia de Desenvolvimento Econômico de Sergipe – CODISE;
3. Criação de programa “cadastro único do jovem empreendedor” em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, Federação SERJUNIOR, Conselho de Jovens Empreendedores – CJE, outras organizações que possuem expertise nesta área e agentes financiadores que promova o empreendedorismo juvenil, proporcionando linha de crédito ao jovem.
4. Reestabelecer o Conselho Estadual do Esporte como um órgão colegiado de caráter consultivo, colaborador e fiscalizador, tendo como principais atribuições a discussão e a proposição de políticas públicas esportivas;
5. Criação de Lei Estadual de Incentivo ao Esporte onde permita que empresas e pessoas físicas doem valores, que serão deduzidos dos impostos devidos ao estado, a projetos de atividades e eventos esportivos aprovados pelo Conselho Estadual de Esporte;
6. Criação de Fundo Estadual de Esporte, Lazer e Juventude, a fim de subsidiar as políticas públicas, custeado através de contribuições, transferências, auxílios, promoções, subvenções, emendas parlamentares, convênios, contratos, doações, rendimentos ou acréscimos oriundos de aplicações financeiras de recursos próprios e recursos de outras fontes que legalmente possam ser destinados ao fundo tais como penas pecuniárias e outras multas judiciais;
7. Criação do Fórum Estadual de Secretários Municipais e Gestores Esportivos.
8. A implementação de planos setoriais convergentes para garantir a execução do decreto governamental 30.773, de 16 de agosto de 2017, que concebe procedimentos de diálogo entre os diversos departamentos do Governo e autarquias, em matéria de políticas de/com/ para a juventude.

9. Construção de um ginásio poliesportivo com instalações de hospedagem aos desportistas na zona de expansão de Aracaju;
10. Estimular o poder executivo municipal do interior do estado à criação da casa da juventude, ampliando a rede de atendimento de qualificação, intermediação de mão de obra e acesso às políticas públicas governamentais, fortalecendo a rede de proteção social dos jovens.
11. Implantação do Projeto Atleta Cidadão, utilizando a metodologia de atendimento individualizado, que acolhe jovens e após diagnóstico das suas dificuldades os mesmos são encaminhados aos serviços de assistência e proteção;
12. Executar projeto de contra turno nas escolas estaduais em parceria com a Secretaria de Estado da Educação, objetivando o combate à criminalidade, aproveitando o tempo livre e promovendo a inclusão ao esporte e a cultura de paz;
13. Realizar Simpósio de Captação em Sergipe destinado prioritariamente às entidades esportivas nacionais e gestores esportivos, a fim de mostrar que o Estado reúne as condições favoráveis para sediar futuros eventos.
14. Realização anual do Campeonato Sergipano Intermunicipal de Futebol Amador que oportunize a participação de jovens, contribuindo para o surgimento de atletas promissores e proporcione o envolvimento dos mesmos em atividades esportivas;
15. Incluir a Feira de Artes Marciais no calendário esportivo anual em parceria com as Federações específicas das modalidades, promovendo amplo debate e fomento das artes marciais.
16. Realizar concurso público para contratar profissionais específicos nas áreas de atuação de Esporte, Lazer e Juventude, tais como professores de educação física, fisioterapeutas, enfermeiros, assistentes sociais, nutricionistas, profissionais de tecnologia da informação, pedagogos, psicólogos, entre outros;

## 5º Eixo. Promover um novo ciclo de desenvolvimento econômico

### Preparar Sergipe para CRESCER promovendo investimentos estratégicos

O principal macro desafio na área econômica é promover um novo ciclo virtuoso de desenvolvimento. As crises mundial e nacional, combinadas com a drástica redução dos investimentos estratégicos do governo federal após 2016 que atingiram as principais cadeias produtivas do estado - petróleo, gás e fertilizantes, afetaram severamente a economia sergipana, trazendo como consequência uma elevada taxa de desemprego.

Além das cadeias produtivas citadas acima, a atividade turística, um dos setores que mais gera emprego no Estado, e que vem sendo afetado fortemente pela crise econômica nacional, notadamente no segmento de negócios.

É fundamental por isso que as ações do Governo se direcionem fortemente para o apoio às ações de desenvolvimento capazes de recolocar a economia do Estado em uma curva ascendente de produção e emprego, e para isso é necessário estar atentos para os novos padrões de competitividade das empresas, que precisam enfrentar o desafio de um mercado consumidor mais exigente e de uma permanente revolução tecnológica.

### 5.1-Atividades estratégicas

Algumas atividades cumprirão papel estratégico para que o novo ciclo de desenvolvimento econômico que promova incremento de produtividade e geração de emprego.

- Turismo- o destino qualidade de vida do Brasil;
- Polo tecnológico e cultural hub de tecnologia, inovação e cultura;
- Comércio/serviços- destino para quem quer trabalhar e morar no estado de maior qualidade de vida do país;
- Polo de geração de energia para o Brasil - renovável e petróleo e gás;
- Agropecuária com foco em emprego e renda, produtividade, inovação e sustentabilidade;
- Empreendedorismo social- polo nacional para experiências relacionadas ao 3º setor;
- Infraestrutura com foco em melhoria na qualidade de vida, produtividade e inovação;
- Indústria – Indústria: simultaneamente estimular setores com maior potencial de geração de empregos em relação ao valor investido; e simultaneamente atrair as indústrias de alta tecnologia, a chamada indústria 4.0, e estimular startups inovadoras;
- Ação estruturante- implantação, nos próximos 10 anos de escolas de ensino técnico-profissionalizante;

A retomada do desenvolvimento passa por enfrentar uma série de desafios setoriais, dentre os quais os mais significativos são:

Fomento à inovação tecnológica. O ambiente de negócios passa por rápidas e profundas transformações decorrentes dos avanços tecnológicos, exigindo que as empresas busquem na inovação o caminho para seu reposicionamento. Por outro lado, empresas nascentes com novos produtos, serviços e modelos de negócios abrem imensas oportunidades para geração de ocupação e renda.

Apoio efetivo às micro e pequenas empresas. O segmento dos micro e pequenos negócios é responsável por 70% dos empregos do setor privado, porém essas empresas carecem de mais apoio para crescer e sobreviver, sobretudo quanto a aspectos burocráticos, gerenciais e de acesso às compras públicas e ao crédito.

Elevação da competitividade do destino turístico Sergipe. Não obstante os investimentos em infraestrutura turística que vêm sendo feitos ao longo dos anos, o potencial das suas belezas naturais e a riqueza da sua identidade cultural, Sergipe ainda não se consolidou como destino turístico, apesar das semelhanças com outros destinos consagrados do nordeste brasileiro.

Implantação do Complexo Industrial Portuário de Sergipe. Adjacente ao Terminal Marítimo Inácio Barbosa e tendo como âncora a UTE Porto Sergipe, o Complexo Industrial Portuário de Sergipe tem potencial para atrair investimento em unidades de produção, sobretudo graças à oferta de gás natural remanescente da operação da UTE.

## Propostas

O cenário de crise aguda que vive a economia brasileira - com sucessivas quedas no nível de emprego e no rendimento médio real das pessoas ocupadas - aumenta a responsabilidade da administração pública, nas três esferas de governo, no enfrentamento do desafio de recuperação do dinamismo da economia, através de medidas objetivas, como aquelas aqui apontadas.

O desenvolvimento econômico deve ser visto como parte do desenvolvimento local sustentável, que compreende a articulação das dimensões social, ambiental e econômica, visando garantir a preservação da vida e dos recursos naturais para as gerações atuais e futuras.

A política de desenvolvimento econômico aqui proposta terá como diretrizes a melhoria do ambiente de negócios para favorecer a atração e o crescimento do investimento privado; a promoção do empreendedorismo; o apoio prioritário ao microempreendedor individual e à micro e pequena empresa; e o fomento à economia criativa, aqui incluída a Indústria 4.0.

1. Criar a Região Industrial Portuária estabelecendo em Lei os requisitos de ordenamento da região urbana que compreende a área dos municípios capazes de sediar o Complexo de Geração de energia elétrica e novos Distritos Industriais Portuários, abrangendo Barra dos Coqueiros, Santos Amaro e os municípios ao longo da BR-101 onde se situam as principais plantas de produção de fertilizantes e cimento, e que dispõem de boa infraestrutura rodoviária (BR-101 e SE-240), gasodutos, linhas de transmissão, aterros para destinação de resíduos sólidos e acesso portuário.

2. Diante das possibilidades futuras de ampla oferta de gás natural produzido em Sergipe (exploração em águas profundas e campos maduros), fomentar a inovação tecnológica, pesquisa e desenvolvimento para a utilização deste insumo nos processos produtivos e como alternativa energética de baixo impacto no meio ambiente, substituindo o uso de derivados do petróleo que são ambientalmente mais agressivos.
3. Ampliar a rede de distribuição de gás, atendendo em especial a evolução do consumo industrial de gás e buscando a interiorização de oportunidades de implantação de empresas gás intensivas.
4. Rever a base tributária desses insumos, reduzindo o ICMS incidente sobre a produção sergipana que possa estimular o encadeamento produtivo local.
5. Estimular o BANESE como agente efetivo da inclusão produtiva urbana e rural por meio de ampla oferta de microcrédito produtivo orientado;
6. Reativar o Fundo de Aval do BANESE a ser capitalizado com parte dos lucros do próprio banco para facilitar o acesso ao crédito pelas micro e pequenas empresas;
7. Ampliar a política de uso do poder de compra do governo para garantir maior participação das micro e pequenas empresas;
8. Atualizar o subteto estadual de enquadramento tributário das micro e pequenas empresas no Simples;
9. Estimular a economia solidária como uma alternativa inovadora na geração de trabalho e na inclusão social, sob a forma de cooperativas, associações, clubes de troca, empresas autogestionárias e redes de cooperação, para a realização de atividades de produção de bens, prestação de serviços, finanças solidárias, trocas, comércio justo e consumo solidário;
10. Implantar uma política efetiva de incentivo e apoio a empresas de base tecnológica, em particular as startups, tendo como instrumentos a Lei Estadual de Inovação e o Fundo de Inovação;
11. Fomentar o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação por meio da ampliação do apoio à pesquisa, em sintonia com as demandas do setor produtivo, e da concessão de bolsas de pós-graduação;
12. Implantar um Complexo Empresarial Integrado (com galpões industriais, centro de comercialização e de serviços e Centro Vocacional Tecnológico) nos territórios do Alto Sertão, Médio Sertão, Baixo do São Francisco, Leste, Agreste Central e Sul;

13. Apoiar arranjos produtivos locais (APLs) buscando dinamizar especializações produtivas em todo o estado, contribuindo para a interiorização do desenvolvimento;
14. Promover a cultura da exportação junto ao setor produtivo sergipano, por meio da reinstalação da Comissão de Comércio Exterior e da adoção de instrumentos como o extensionismo industrial exportador;
15. Reformular e intensificar a política de fomento ao investimento privado, potencializando fatores de atração como recursos naturais, oferta de capital humano qualificado, ambiente de negócios, adensamento das principais cadeias produtivas e sistema de C, T&I;
16. Estimular a economia criativa em todo o estado, incentivando a criação de infraestrutura de criação, produção, distribuição/circulação e consumo/fruição de bens e serviços de empreendimentos criativos;
17. Elaborar e implantar o Programa Estadual de Desburocratização visando eliminar excessos de burocracia que oneram os cidadãos, as empresas e a própria administração pública, por meio da simplificação de processos e da oferta intensiva de rotinas automatizadas acessíveis pela Internet;
18. Reativar o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, garantindo a participação dos principais setores da sociedade na formulação e acompanhamento das políticas de desenvolvimento;
19. Elaborar e submeter à Assembleia Legislativa projeto de lei criando o Código de Defesa do Contribuinte;
20. Elaborar um Plano de Promoção Turística com um horizonte de quatro anos, construído em conjunto com o trade turístico.

## 5.2- Ênfase na Indústria

A política de estímulo às atividades industriais é peça central da estratégia de desenvolvimento de Sergipe. É necessário compatibilizar os objetivos de geração de emprego e renda, descentralização das atividades industriais nos oito territórios estaduais, o estímulo às novas tecnologias, a formação de recursos humanos qualificados, a oferta de infraestrutura, com uma atenção específica às questões de sustentabilidade ambiental e a diversificação das fontes de energia.

As propostas para o setor industrial, já parcialmente contemplado no item anterior das atividades consideradas estratégicas, são apresentadas a seguir a partir das contribuições enviadas por

entidades de classe, particularmente da Federação das Indústrias do Estado de Sergipe, em torno de sete desafios fundamentais:

### Desafios

1. Estimular o investimento Produtivo
2. Ampliar a oferta de mão-de-obra qualificada
3. Estimular a elevação das exportações
4. Ampliar o investimento em Ciência, Tecnologia e Inovação
5. Fortalecer as Pequenas Empresas
6. Incentivar a sustentabilidade Ambiental da Produção
7. Promover a Descentralização Espacial da Produção

### Propostas

1. Aperfeiçoamento do sistema Tributário Estadual, por meio do diálogo com os empresários, a fim de racionalizar leis e regulamentos estaduais que geram dificuldades operacionais e de caixa para as empresas;
2. Aprimorar os serviços públicos facilitando a abertura de novos negócios, reduzindo prazo e burocracia para abertura de empresas e em todas as operações empresariais em relação ao Estado, inclusive na área de licenciamento ambiental;
3. Ampliar a infraestrutura logística, estimulando a ampliação da banda larga e serviços de telefonia no interior do estado; estimular a realização de PPP's na área de infraestrutura produtiva. Acelerar a duplicação da BR-101 e iniciar a concessão para duplicação da BR-235 por meio de PPP. Levantar a demanda e limitações da infraestrutura logística de transportes e realizar investimentos nas principais limitações mapeadas;
4. Ampliar o acesso ao crédito para investimento, agilizando os processos de avaliação de projetos de investimentos no BANESE e ampliando a oferta de microcrédito;
5. Ampliar a oferta de áreas industriais com infraestrutura básica (água, energia, acesso viário, terraplanagem) em áreas do estado e por meio de parcerias com as prefeituras;
6. Revisar a política de atração e ampliar a divulgação das oportunidades de investimentos. Atualizar marco regulatório e os instrumentos da política de atração de investimentos.

7. Estimular o adensamento de cadeias produtivas prioritárias. Mapear elos faltantes nos setores prioritários. Implantar Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF) com foco na competitividade empresarial;
8. Aperfeiçoar, intensificando o diálogo, a regulação dos serviços concessionados ao setor privado por meio da Agência Reguladora do Estado (AGRESE). Ampliar a rede de distribuição de gás, atendendo em especial a evolução do consumo industrial de gás.
9. Elaborar mapeamento das ofertas de formação e das demandas por mão-de-obra;
10. Integrar as políticas de qualificação de mão-de-obra orientadas para a demanda do mercado. Elaboração de planos anuais de adequação da oferta à demanda. Acompanhar os egressos das instituições de ensino;
11. Estimular por meio de orientação o aumento da utilização dos incentivos fiscais para exportações;
12. Realizar em parceria estudos de prospecção de mercado para exportação;
13. Executar a previsão legal do estado em Ciência, Tecnologia e Inovação (C, T&I);
14. Apoiar a inovação por meio de divulgação dos instrumentos de incentivo para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) nas empresas.
15. Apoiar a ampliação de parcerias entre instituições de pesquisas e empresas para transferência de tecnologia. Estimular negócios que utilizem Propriedade Intelectual (ex.: patentes, contratos de transferência de tecnologia, etc.).
16. Fortalecer a operação do Parque Tecnológico. Estimular a criação de startups e a atração de investidores no segmento. Estimular a criação e fortalecimento de programas voltados para o propósito de desenvolver "Cidades Inteligentes";
17. Redesenhar e ampliar as ações de utilização do poder de compra como indutor de P, D&I de empresas locais.
18. Estimular a formalização das pequenas empresas;
19. Facilitar o acesso das MPE's a mercados, especialmente por meio de políticas do uso do poder de compra do setor público e dos grandes grupos empresariais;
20. Apoiar em parceria com o SEBRAE programas voltados para aumentar a capacidade de gestão das MPEs;
21. Estimular o BANESE a ampliar o acesso das MPEs aos canais de crédito;

22. Incentivar a adoção de tecnologias limpas por parte das empresas sergipanas. Realizar parcerias para estimular o uso de linhas de financiamento para adoção nas empresas de tecnologias limpas;
23. Ampliar a participação das fontes renováveis e alternativas na matriz energética. Elaborar e manter atualizado o balanço das fontes de energia renováveis e alternativas do estado. Elaborar o Atlas Eólico e Solarimétrico do Estado. Apoiar pesquisas em energias renováveis, sobretudo nas áreas eólica e solar;
24. Intensificar os investimentos na infraestrutura produtiva do interior. Estimular o desenvolvimento de arranjos produtivos locais e cadeias produtivas nos oito territórios estaduais. Ampliar a disponibilização de áreas para implantação de investimentos

### 5.3- Ênfase no Turismo

A estratégia de desenvolvimento confere especial atenção à cadeia do turismo diante do seu potencial gerador de emprego e renda e de inclusão social.

Os principais desafios para os segmentos que compõem a Cadeia do Turismo são:

- Aumentar a competitividade do turismo sergipano no mercado nordestino;
- Elevar a participação do turismo na economia através do estímulo ao desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo;
- Estimular o desenvolvimento de novos destinos turísticos de lazer, negócios e eventos no interior;
- Estimulo ao empreendedorismo e ao desenvolvimento de negócios relacionados ao turismo;
- Elevação e melhoria no perfil dos empregos no setor de turismo

### Propostas

1. Investir maciçamente em promoção nacional com recursos do Prodetur e Parcerias com o trade turístico;
2. Elevar a parceria com o trade turístico através da criação do Conselho Estadual de Turismo;

3. Estimular a criação de novos roteiros turísticos com foco no lazer (sol e praia), ecoturismo, histórico-cultural e eventos;
4. Elaborar o diagnóstico da cadeia produtiva do turismo de modo a facilitar as relações entre os diversos demandantes de bens e serviços com o conjunto da economia sergipana;
5. Desenvolver através do SEBRAE, SEIDH, SETUR, capacitação e estímulo ao empreendedorismo na área de turismo;
6. Utilizar de instrumentos financeiros (concessão de crédito) e de apoio técnico e logístico para o desenvolvimento de novos negócios na área de turismo, principalmente no interior do Estado.

#### 5.4- Ênfase na Agricultura

As diretrizes e princípios que nortearam a sua construção basearam-se na valorização dos atores que fazem a agricultura no estado, com ênfase para os que historicamente foram invisíveis aos olhos do poder público, mas que se apresentam com um dinamismo e atuação no setor.

Outra diretriz não menos importante diz respeito às diversidades dos ecossistemas e suas particularidades ambientais, os desafios pertinentes de preservação dos remanescentes, conservação e recuperação dos manguezais, tabuleiros e zonas semiáridas, sobretudo o sertão vulnerabilizado pelo fenômeno climático cíclico da estiagem que exige ações preventivas e estruturais.

A política pela democratização do acesso à terra está associada ao incentivo de políticas públicas complementares no âmbito das políticas agrícolas, calcadas na produção sustentável e na consolidação da agroecologia - tomando-se como prática a lei aprovada pela Assembleia Legislativa do Estado.

Outro princípio básico é a descentralização do planejamento das ações tendo-se como referência os territórios não apenas como regiões administrativas que articulam interesses e otimiza recursos e investimentos, mas também como espaços de diálogo com a sociedade civil organizada que permite a transparência e o controle social das políticas públicas.

#### Desafios

O plano de ação está lastreado em três eixos: arranjos produtivos locais-APL's, políticas agrária e fundiária e a institucionalidade da Seagri e suas vinculadas.

#### Arranjos Produtivos Locais - APL's

Segundo o IBGE, Produção Agrícola Municipal - PAM (2016/2017), cinco culturas representam juntas 81% de todo o valor produzido no Estado de Sergipe: laranja, mandioca, cana de açúcar, coco da baía e milho, nessa ordem. Com exceção da cana de açúcar, as demais são predominantemente praticadas pela agricultura familiar. A cana embora conste como PIB agrícola, em sua quase totalidade é destinada para produção de commodities (etanol e açúcar) cujos resultados são computados no setor da indústria sucroalcooleira.

Ainda que a rizicultura não esteja colocada entre os dez maiores PIB agrícola do estado mesmo assim esse arranjo assume um papel importante e estratégico para o desenvolvimento socioeconômico de Sergipe, pois além de ser eminentemente desenvolvida pelos agricultores familiares trata-se de uma atividade que se concentra no Baixo São Francisco, região com um dos menores índices de IDH de Sergipe.

No âmbito do APL da pecuária são dois os arranjos produtivos significativos, a pecuária leiteira que está presente efetivamente em quase todo estado, com maior destaque no alto sertão - bacia leiteira do estado. Esta atividade representa aproximadamente 70% do PIB da região, tendo influência direta no dinamismo econômico desse território, um dos arranjos que mais ocupa mão de obra no território. Esse destaque vem se consolidando ao longo de décadas através do melhoramento genético do rebanho com a contribuição do setor público.

A bacia leiteira sergipana está alicerçada em pequenas unidades produtivas familiar; tradicionalmente se encontra atrelada a outras atividades como a fabricação de queijos artesanais e a criação de suínos. O leite proveniente das pequenas produções é destinado à fabricação de queijos de identidade regional, confeccionados de forma caseira ou em unidades informais processadoras de derivados de leite - chamadas de queijaria.

A ovinocaprinocultura também é outra atividade que vem ganhando importância, um dos berços da raça Santa Inês, são mais de 60 anos de seleção em pequenos criatórios sendo que o estado é líder na produção e comercialização deste material genético. A ovinocultura vem ocupando espaços rurais como uma alternativa de diversificação das atividades já empreendidas pelo uso de áreas não aproveitáveis em outras culturas ou explorações, apresentando-se com uma boa perspectiva de retorno econômico.

Finalmente o APL de aquicultura e pesca, que apresenta um grande potencial para desenvolvimento. Além do clima favorável e da excelente qualidade de água, relevo e solos o estado conta com 245 km de margens do rio São Francisco e 29 km do lago Xingó. O território do Baixo São Francisco está entre as regiões brasileiras que apresenta melhores condições para produção de pescado, com possibilidades de exploração diversificada com a rizicultura.

### Ações para o Fortalecimento de Políticas Agrárias

A política agrária tem seu pilar em duas ações: a regularização fundiária e a aquisição de terras através do Programa Nacional de Crédito Fundiário-PNCF.

#### Programa Nacional de Crédito Fundiário

O estado de Sergipe apesar de ser o menor da federação tem experiências exitosas de democratização de acesso a terra, a exemplo da Cooperativa da Colônia do Treze que promoveu a implantação de várias colônias; dos projetos de assentamentos criados pelo INCRA que assentou 12 mil famílias; das colônias estaduais; do convênio de obtenção de terras celebrado entre o INCRA e Gov. do Estado possibilitando o acesso a terra a mais de 1.200 famílias de agricultores; a aldeia dos Xokós e áreas Quilombolas, etc.

#### Regularização Fundiária e Titulação

Uma parcela considerável dos agricultores familiares desenvolvem suas atividades em áreas sem regularização fundiária impedindo esses agricultores de acessarem créditos rurais, dificultando o acesso a benefícios sociais e outras políticas públicas tornando-os invisíveis frente ao estado.

#### Ações Institucionais

A Seagri é responsável pelo desenvolvimento do setor agropecuário no segmento da agricultura, pecuária, pesca, agrária e recursos hídricos. É composta por três empresas vinculadas: Emdagro, Cohidro e Pronese. A primeira atua na assistência técnica e extensão rural; a segunda com recursos hídricos e a última, em fomento e aquisição de terras.

#### Fortalecimento da Assistência Técnica e Extensão Rural

A assistência técnica e extensão rural sempre foram consideradas vitais para o progresso e fortalecimento da agropecuária sergipana destacando-se por apresentar elevada capilaridade e capacidade de mobilização, fazendo-se presente em todo o estado, adentrando as comunidades rurais e prestando serviços indispensáveis para o desenvolvimento econômico e social do estado e, por certo, do país como um todo. Com a reforma administrativa do setor público agropecuário realizada em 1991 pelo Governo do Estado, a EMDAGRO passou a desenvolver, além dos serviços de assistência técnica e extensão rural, as ações de pesquisa agropecuária, defesa sanitária agropecuária, regularização fundiária, fomento agropecuário, fiscalização e outros serviços eventuais de igual importância demandados pelo próprio governo estadual.

### Propostas

1. Fomentar a construção de um Plano de agroecologia para a produção de alimentos saudáveis;
2. Criar um Selo da agricultura que promova a produção de alimentos isentos de agrotóxicos;
3. Inovar o Programa de Mecanização, através do cartão magnético;
4. Elaborar uma legislação de Licenciamentos Ambientais Simplificados para pequenas agroindústrias e pequenos empreendimentos aquícolas;
5. Operar a biofábrica de produção de inimigos naturais para o controle biológico de pragas na citricultura e/ou a outras culturas;
6. Reativar e ampliar as câmaras setoriais dos arranjos produtivos — CEDRS;
7. Redefinir o Programa de distribuição de sementes de modo a fortalecer os seus arranjos produtivos;
8. Ampliar o acesso aos mercados institucionais;
9. Criar programas de capacitação para os agricultores para produzir, processar, beneficiar para agregação de valores e comercializar; com foco na cooperação e associativismo;
10. Estimular projetos de integração entre lavoura e pecuária e diversificação das atividades;
11. Fortalecer a defesa fitossanitária, através da proteção das culturas agrícolas de pragas e doenças que causam impactos econômicos;
12. Transformar o centro de treinamento de Boquim em um instituto de desenvolvimento da fruticultura do estado;
13. Desenvolver programas de melhoramento Genético, segurança hídrica e alimentar;
14. Fortalecer o Programa Zona Livre da febre aftosa sem vacinação, da peste Suína Clássica, livre de influenza aviária e newcastle em aves e ampliação para zonas livres de mormo em equídeos e brucelose e tuberculose em bovinos;
15. Estimular a produção de suporte Forrageiro criando o Programa Mais Palma para o Sertão e incentivar a produção de forragem nos perímetros irrigados para atender períodos de estiagem;
16. Criar uma linha de Crédito para modernização das pequenas queijarias, através do Banese;

17. Fortalecer a estrutura do Serviço de Inspeção Estadual de produto de origem animal visando à ampliação de agroindústrias registradas no serviço de inspeção animal, para alcance de novos mercados e geração de empregos formais;
18. Elaborar um programa de convivência com a seca;
19. Colocar em funcionamento o Laboratório de Análise Microbiológica do Leite, localizado no Parque de Exposição, no município de Nossa Senhora da Glória;
20. Executar o I Plano de Aquicultura de Sergipe — Seagri/Fapitec/Emdagro;
21. Concluir e discutir a Gestão Participativa do Terminal Pesqueiro;
22. Centralizar as ações de execução do programa do Crédito Fundiário na Pronese;
23. Aprimorar o fluxo de tramitação dos processos visando abreviar o tempo entre o início da negociação e a concretização da compra da terra;
24. Capacitação dos técnicos com vistas à qualificação dos laudos de vistoria e avaliação;
25. Ampliar o programa de regularização fundiária e titulação;
26. Reforçar o papel de coordenação das políticas agropecuárias, aquícolas, agrárias e hídricas;
27. Fortalecer as ações do Pronese com a dotação de infraestrutura e recursos humanos condizentes com suas finalidades;
28. Remanejar o setor fundiário da Emdagro transferindo-o para a atividade do Pronese;
29. Estruturar a assessoria de planejamento da Seagri para o cumprimento de suas funções específicas;
30. Definir políticas orçamentárias compatíveis com as ações desenvolvidas pela Seagri e vinculadas;
31. Criar o fundo da agricultura familiar provenientes de atuações da Adema, Emdagro e/ou recolhimento de impostos;
32. Orientar o papel, as atribuições e a estrutura da Cohidro enquanto entidade operativa vinculada à Seagri, reafirmando a sua ação de assistência técnica aos perímetros irrigados, complementado pela ação de perfuração de poços tubulares e construção de barragens;
33. Fortalecer e qualificar o quadro funcional da Emdagro;

34. Realizar, levando em consideração a disponibilidade de recursos, concurso público para contratação de novos empregados da Emdagro, repondo a força de trabalho da empresa;
35. Criar Coordenadoria de articulação territorial para acompanhar os programas de desenvolvimento nos oito territórios de desenvolvimento;
36. Criação da Rede Estadual de Agroindústrias como objeto de articulação entre os APLs;

## 6º Eixo. Infraestrutura para o desenvolvimento econômico e social

Com o firme propósito de alavancar a competitividade econômica territorial, melhorar a mobilidade urbana, gerar empregos e renda para a população e interiorizar o desenvolvimento é imperativo a execução de obras estratégicas, que respondam as necessidades das pessoas, respeite as condicionalidades ambientais e tenham viabilidade econômica.

Algumas intervenções assumem caráter estratégico pela relevância para o desenvolvimento econômico e social; algumas voltadas para a capital e região metropolitana e outras direcionadas ao desenvolvimento do interior.

Entre o conjunto de propostas nessa seção destacamos a construção do Viaduto de Interseção da Avenida Beira Mar com a Av. Tancredo Neves e interligação ao Bairro Coroa do Meio, através da construção de Ponte estaiada sobre o Rio Poxim, em Aracaju; a construção do Canal de Xingó, projeto de aproveitamento múltiplo de recursos naturais em terras dos municípios de Canindé do São Francisco, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Poço Redondo e Porto da Folha; a conclusão da Rodovia SE- 100 Norte, que ligará Pirambu à Foz do São Francisco; a determinação de investir na universalização do saneamento básico, especialmente esgotamento sanitário nas sedes municipais; e a recuperação das rodovias estaduais e articular junto ao Governo Federal, a construção da Ponte sobre o Rio São Francisco, ligando Brejo Grande/SE a Piaçabuçu/Al.

Os investimentos no interior do estado são de grande significado para o projeto de desenvolvimento equilibrado territorialmente. Nos últimos anos o Governo do Estado empreendeu esforços para fornecer às pessoas que residem nos municípios e aos setores produtivos equipamentos urbanos, infraestrutura de saneamento e logística capazes de estruturar, facilitar e alavancar a competitividade e o funcionamento das cidades, sobretudo, aquelas situadas no interior de Sergipe.

Os equipamentos urbanos além de favorecer à melhoria da qualidade na prestação dos serviços públicos de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, atendimento ao cidadão em questões de segurança e combate a incêndio, ensino profissionalizante pela adequada infraestrutura, oportuniza às pessoas espaços públicos para práticas esportivas e de convivência, atividades fundamentais para a saúde física e melhoria da qualidade de vida. Somando-se a essas ações, a melhoria na mobilidade urbana, intra e intermunicipal e territorial se faz necessária não apenas para assegurar o acesso amplo e democrático das pessoas aos equipamentos e espaços urbanos como, também, o desenvolvimento local e regional, em especial nos quinze municípios com menores IDHM.

| Município               | População Total | Taxa de Urbanização (%) | IDHM-2010 | Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade 2010 - Total |
|-------------------------|-----------------|-------------------------|-----------|---|
| Poço Redondo            | 30.880          | 27,00                   | 0,529     | 35,6  |
| Riachão do Dantas       | 19.386          | 25,00                   | 0,539     | 29,2  |
| Brejo Grande            | 8.004           | 39,00                   | 0,54      | 31,5  |
| Santa Luzia do Itanhi   | 12.969          | 22,00                   | 0,545     | 33,0  |
| Tomar do Geru           | 12.855          | 37,00                   | 0,551     | 32,1  |
| Monte Alegre de Sergipe | 13.627          | 59,00                   | 0,553     | 33,8  |
| Cristinápolis           | 16.519          | 50,00                   | 0,553     | 30,5  |
| Pacatuba                | 13.137          | 20,00                   | 0,555     | 29,4  |
| Itabaianinha            | 38.910          | 49,00                   | 0,556     | 29,8  |
| Tobias Barreto          | 48.040          | 67,00                   | 0,557     | 28,3  |
| Japoatã                 | 12.938          | 33,00                   | 0,560     | 30,8  |
| Poço Verde              | 21.983          | 56,00                   | 0,561     | 29,9  |
| Itaporanga D'Ajuda      | 30.419          | 39,00                   | 0,561     | 24,6  |
| Ilha das Flores         | 8.348           | 65,00                   | 0,562     | 25,7  |
| Gararu                  | 11.405          | 24,00                   | 0,564     | 30,8  |

Fonte: IBGE, Censo Demográfico, 2010.

Uma característica comum a esses municípios é a baixa taxa de urbanização e a alta taxa de analfabetismo. Os cinco municípios com menores IDHM tinha, em 2010, taxa de urbanização menor que 40%. Essa característica impõe restrições às pessoas residentes no meio rural não apenas aos serviços públicos de saúde, educação, abastecimento de água e tratamento de esgotos como também a outras políticas sociais e ao uso de equipamentos urbanos, haja vista a ausência desses na maioria dos municípios sergipanos. Essa restrição é ampliada com a inadequada infraestrutura rodoviária, fato que justifica ações de recuperação, manutenção das rodovias principais e a construção de rodovias vicinais.

Em relação à logística, Sergipe depende, exclusivamente, do sistema rodoviário para o transporte de pessoas e cargas. O sistema conta com uma malha rodoviária de 5.429,95 km, estando 2.184,28 km pavimentados, 2.795,97 km ainda não pavimentados, 74,62 km em implantação, 80,24 em pavimentação e 294,83 km planejados. No contexto da política de desenvolvimento do turismo no Estado, a construção da rodovia SE-100 Norte, trecho compreendido entre Pirambu a Brejo Grande, e a construção da ponte sobre o Rio São Francisco, interligando Brejo Grande a Piaçabuçu, município alagoano, são obras estruturantes, que deverão oportunizar trabalho e geração de renda aos residentes nos municípios situados nas áreas de influência da rodovia, tanto na fase de implantação como de operação.

No contexto dos serviços públicos de saneamento básico, o planejamento de ações que amplie, melhore e dê efetividade aos sistemas de abastecimento de água e busque a universalização do atendimento com esgotamento sanitário de todas as sedes municipais são estruturantes para o desenvolvimento das pessoas e dos lugares. Sergipe tem Índice de atendimento urbano de água de 96,57%, Índice de perda na distribuição de 30,63% e Índice de atendimento total de esgotos referido aos municípios atendidos com água, 22,99%. A principal fonte de abastecimento de água em Sergipe é o Rio São Francisco, sendo as adutoras os principais sistemas que integram a prestação desse serviço. Os principais sistemas integrados são Alto Sertão, Sertaneja e São Francisco que atendem à maioria da população. Entretanto, a água ofertada em Sergipe provém, também, de mananciais subterrâneos e de superfície como os Rios Poxim e Pitanga. Considerando que os mananciais de superfície são de pequeno porte e a maioria perene, o planejamento para ampliar, melhorar e garantir a continuidade dos serviços impõe ações que requerem a ampliação de adutoras, a construção de barramento e a perfuração de poços. Tais ações demandam a captação de recursos financeiros para os investimentos necessários, a articulação da Seinfra e de sua vinculada com a União e, sobretudo, a busca de parceria para a melhoria e ampliação na prestação dos serviços.

Em relação à habitação de interesse social e, especificamente, ao déficit habitacional, Sergipe tem carência de 90.173 domicílios (12,8%), sendo 74.829 urbanos e 15.344 rurais, de acordo com a Fundação João Pinheiro, 2018.

Esse contexto fundamenta os principais desafios e propostas para a área da infraestrutura e habitação de interesse social.

Os principais Desafios nas áreas de infraestrutura e de habitação de interesse social são:

- Reconstruir, Restaurar e ampliar a malha viária estadual.
- Melhorar e manter a sinalização da malha rodoviária estadual.
- Desenvolver o sistema logístico estadual.
- Ampliar os investimentos em sistemas de coleta, tratamento e destinação final adequada dos esgotos domésticos.
- Ampliar os investimentos em sistemas alternativos de abastecimento de água das comunidades rurais.
- Fortalecer o atendimento com água potável nas sedes municipais.
- Apoiar os municípios sergipanos na oferta de equipamentos urbanos.
- Melhorar a prestação de serviços públicos estaduais nas cidades sergipanas.
- Ampliar e fortalecer a capacidade produtiva local e regional.
- Reduzir o déficit habitacional.
- Regularizar a situação fundiária e patrimonial de assentamentos precários consolidados.
- Ampliar a atuação de grupos organizados incorporando segmentos sociais que estão, em geral, fora dos modelos de financiamentos.
- Desenvolver instrumentos necessários para viabilizar o Plano Estadual de Habitação de Interesse Social (PEHIS).

## Propostas

### 1 - Sistema Viário

1. Restaurar o pavimento de 660 km da malha viária estadual
2. As condições da superfície das pistas encontram-se desgastadas pelo uso, colocando em risco os que trafegam pelas vias e a integridade dos produtos transportados.
3. Implantar e pavimentar 40 km de rodovias

4. A construção de novas vias objetiva a ampliação da malha viária e a melhoria da mobilidade das pessoas e de cargas nos municípios, entre esses e entre os territórios.
5. Contratar estudos de alternativas para o transporte de cargas e de passageiros no Estado
6. O desenvolvimento das atividades econômicas requer uma logística que assegure redução de custos, eficiência e agilidade, justificando assim o estudo de alternativas dos modais hidroviário e ferroviário para o transporte de cargas e de pessoas em Sergipe.

## 2 - Saneamento Básico

### 1 - Captar recursos para investimentos em obras de saneamento básico.

Os serviços de saneamento são indissociáveis à promoção da qualidade de vida da população, à promoção e manutenção da salubridade humana e ambiental, à proteção dos ambientes naturais e ao desenvolvimento do ecoturismo. Desse modo, os investimentos em obras de saneamento básico serão necessários não apenas para corrigir o déficit de cobertura pelos serviços, mas, para proteger a população dos riscos epidemiológicos e sanitários.

### 2 - Implantar rede coletora e sistemas de tratamento de esgotos em todas as sedes municipais, especialmente aqueles integrantes de áreas de interesse turístico e com Plano Municipal de Saneamento aprovado.

A execução de serviços e obras para a implantação do Sistema de esgotamento sanitário nos municípios sergipanos supre o déficit de cobertura de esgotamento sanitário, melhora a saúde da população e mitiga os impactos ambientais negativos do lançamento dos esgotos "in natura", sobretudo, em corpos hídricos como os Rios Poxim, Pitanga, Cotinguiba, Sergipe e São Francisco.

### 3 - Construir sistemas alternativos de captação de água e de adução de água para atender comunidades rurais

Ampliar as reservas de água para atendimento do abastecimento humano e animal na área rural.

### 4 - Duplicar sistemas de adução de água bruta

A duplicação de adutoras visa ampliar a capacidade de atendimento da demanda de água potável nas sedes municipais.

## 3 - Equipamentos Urbanos

### 1 - Ampliar a capacidade de investimentos em obras físicas destinadas à prestação de serviços necessários ao funcionamento das cidades

A elaboração e implantação de Programa de Assistência Técnica e Captação de Recursos buscará apoiar os municípios na implantação de equipamentos urbanos e comunitários para melhorar a qualidade de vida da população urbana, que em 2016 já representava 70,90 % da população sergipana.

### 2 - Promover a melhoria da qualidade de vida da população sergipana por meio da ampliação da oferta de equipamentos urbanos e comunitários.

A execução de obras de infraestrutura urbana tais como pavimentação, saneamento básico, paisagismo e outras, contribui tanto para a melhoria da qualidade de vida e a mobilidade da população urbana, como para atrair novas atividades econômicas locais.

### 3 - Fortalecer a capacidade institucional do Estado nos municípios sergipanos

A prestação dos serviços públicos estaduais nos municípios será melhorada com a disponibilização de edificações adequadas para o uso público estadual, tais como delegacias, terminais rodoviários, entre outros.

## 4 - Infraestrutura Produtiva - Projetos Estruturantes para promover o desenvolvimento local e regional

### 1 - Implantar Centros de Atendimento aos Turistas (CATs), nos principais terminais de passageiros, sinalização turística, inclusive em idioma estrangeiro, nas principais Rodovias, melhorar os acessos e estacionamentos em atrativos turísticos e apoiar o turismo comunitário, rural e o ecoturismo em Sergipe

O turismo é fator de desenvolvimento do Estado, conforme Política Estadual de Turismo, instituída pelo Decreto nº 27.957, de 20 de julho de 2011. Desse modo, a estruturação da cadeia do turismo é preponderante para o desenvolvimento local e regional.

### 2 - Articular os meios para viabilizar a construção da ponte sobre o Rio São Francisco, ligando Brejo Grande (SE)/Piaçabuçu (AL) e construção do Viaduto de Interseção da Avenida Beira Mar com a Av. Tancredo Neves e interligação ao Bairro Coroa do Meio, através da construção de Ponte estaiada sobre o Rio Poxim, em Aracaju.

## **5 - Concluir as obras de execução da Rodovia SE-100 Norte, que ligará Pirambu à Foz do São Francisco.**

O transporte é um importante instrumento de direcionamento do desenvolvimento econômico. A construção da ponte sobre o Rio São Francisco viabilizará não apenas a política do turismo como também facilitará o transporte da produção do Território do Baixo São Francisco. O prolongamento da Avenida Tancredo Neves ao Bairro Coroa do Meio visa melhorar a mobilidade urbana da Região Metropolitana de Aracaju.

## **5 - Habitação de Interesse Social**

### **1 - Construir unidades habitacionais de interesse social**

O Déficit habitacional em Sergipe, em 2015, era de 90.173 domicílios e, predominantemente, urbano, concentrado, sobretudo, nos sete municípios com população de mais de 50.000 habitantes e na Região Metropolitana de Aracaju, onde se encontram os assentamentos precários. Entretanto, a proposta é a construção de unidades habitacionais atendendo ao déficit de todos os municípios sergipanos.

### **2 - Regularização Fundiária de 28.489 unidades habitacionais.**

As ações de regularização fundiária se concentrarão, predominantemente, na Região Metropolitana de Aracaju, assim distribuídos: Bairro América, Conjunto Padre Pedro, Porto Dantas, Maria do Carmo, Paraíso do Sul e Coqueiral, em Aracaju; Albano Franco, Primeiro de Maio e Rio do Sal, em Nossa Senhora do Socorro; Valadares, em São Cristóvão e Assentamento de Quilombolas, em Barra dos Coqueiros.

### **3 - Implantar o Sistema Estadual de Informações Habitacionais de Interesse Social (SEIHIS)**

O SEIHIS deverá melhorar o atendimento da população com a realização do cadastro e/ou atualização cadastral de famílias que necessitam de habitação a fim de diagnosticar o real déficit habitacional do estado.

Elaborar o Programa Estadual de Desenvolvimento e Assistência Técnica e Captação de recursos para apoiar à Produção de Habitação de Interesse Social

O Programa viabilizará o acesso à moradia adequada aos segmentos populacionais de renda familiar mensal de até 3 salários mínimos em localidades urbanas.

Estruturar o setor competente para levantar, cadastrar e, quando for o caso, proceder a regularização fundiária dos imóveis e das terras públicas do Estado de Sergipe, objetivando formar um “banco de imóveis e terras” para habitação de interesse social e outros fins de interesse público.

Criar um grupo de trabalho intersetorial com a finalidade de proceder às pesquisas cartorárias, levantamento topográfico e a devida regularização fundiária dos imóveis e terras do Estado.

Avaliar os imóveis públicos do Estado e da União em Sergipe para atender à demanda por habitação de interesse social.

Reduzir os custos com a implantação de unidades habitacionais, haja vista a localização desses imóveis em áreas urbanas consolidadas, dotadas de infraestrutura, serviços e sistemas de transportes e onde o mercado de trabalho é mais atraente.

## 7º Eixo. Sustentabilidade dos recursos Naturais

### Desafios em recursos hídricos e meio ambiente

No estado de Sergipe existem atualmente oito bacias hidrográficas, que são as bacias dos rios São Francisco, Vaza Barris, Real, Japarutuba, Sergipe, Piauí, Grupo de bacias Costeiras 1 (GC1) e Grupo de bacias Costeiras 2 (GC2) (Figura 1). Os rios São Francisco, Real, Sergipe, Piauí e Vaza Barris são rios federais porque atravessam mais de um Estado. O Rio Japarutuba e as bacias GC-1 e GC-2 são rios Estaduais, pois suas bacias estão integralmente dentro do estado de Sergipe. Cada uma das bacias possui características próprias e um fato em comum: precisam de cuidados.

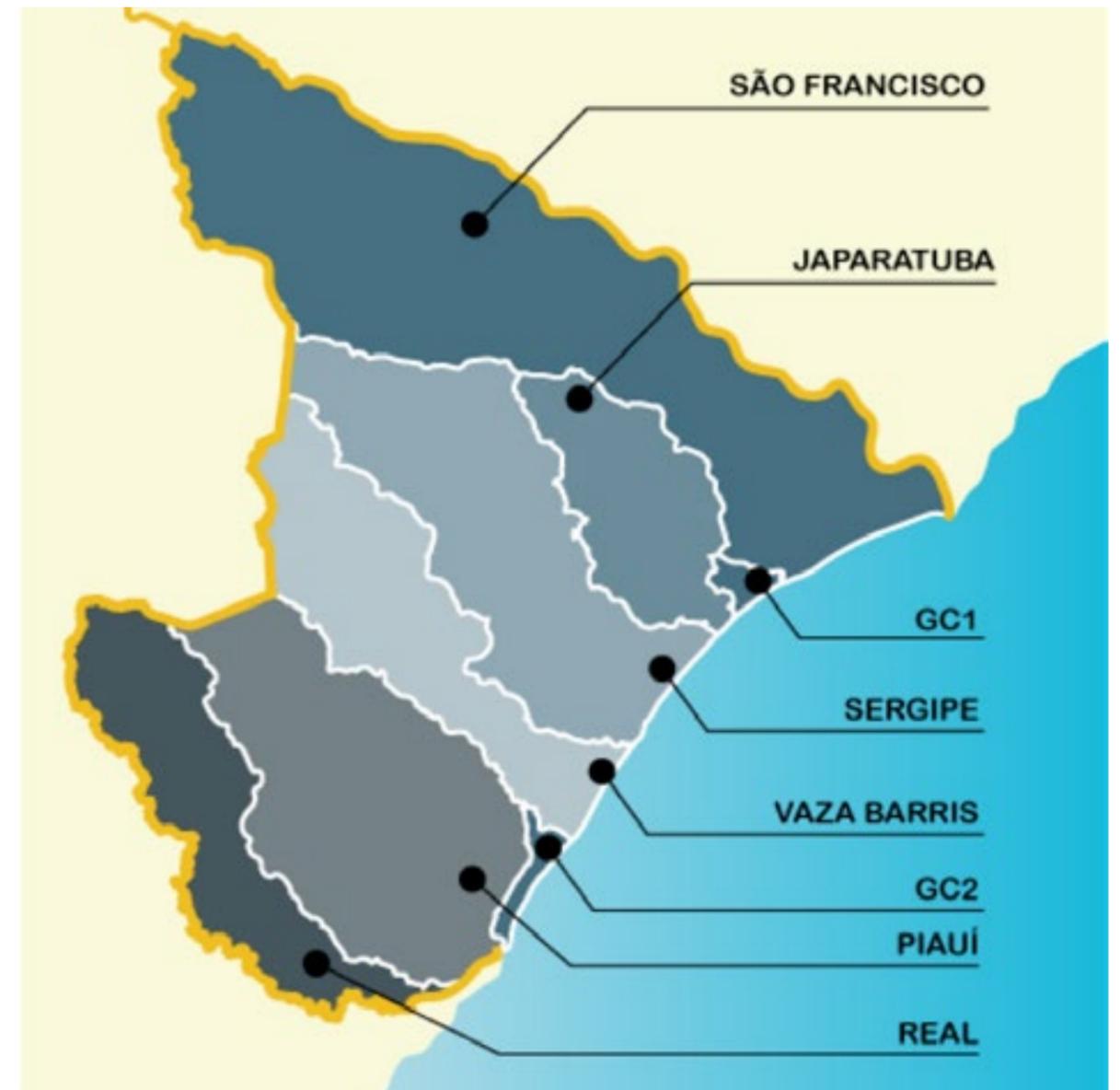


Figura 1. As bacias hidrográficas em Sergipe

Com exceção da bacia hidrográfica do rio São Francisco, responsável por 99,8% do potencial hídrico fornecendo cerca de 80 % das águas utilizadas para irrigação e mais de 50 % das águas para consumo humano, todas as demais bacias hidrográficas apresentam balanço hídrico deficitário (Figura 2).

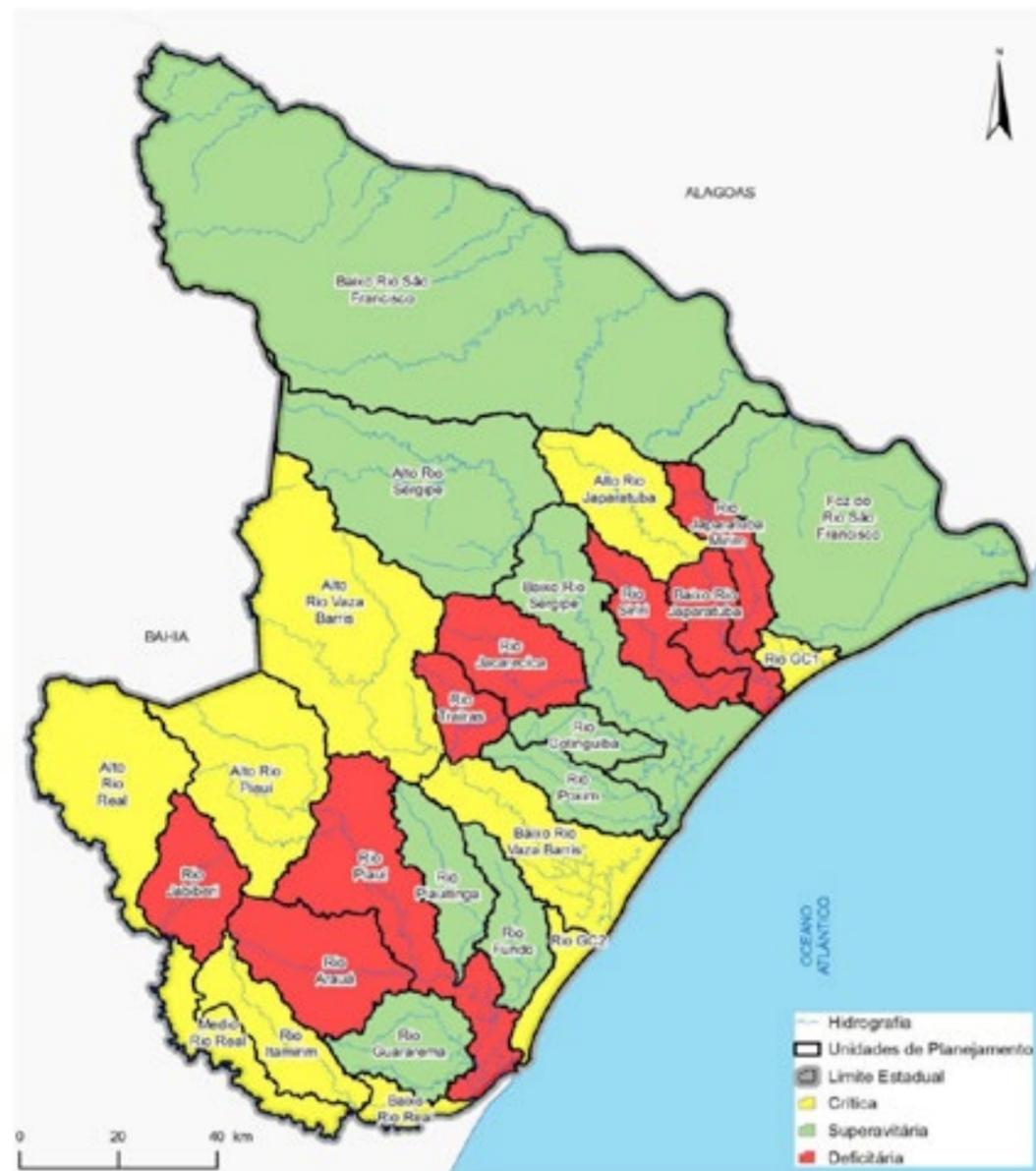


Figura 2. Balanço hídrico das bacias hidrográficas em Sergipe

Esta dependência do rio São Francisco fez com que acertadamente no estado de Sergipe os gestores investissem ao longo dos anos em sistemas integrados de adutoras e em barragens de usos múltiplos de água que nos assegura uma muito boa infraestrutura hídrica (Figura 3).

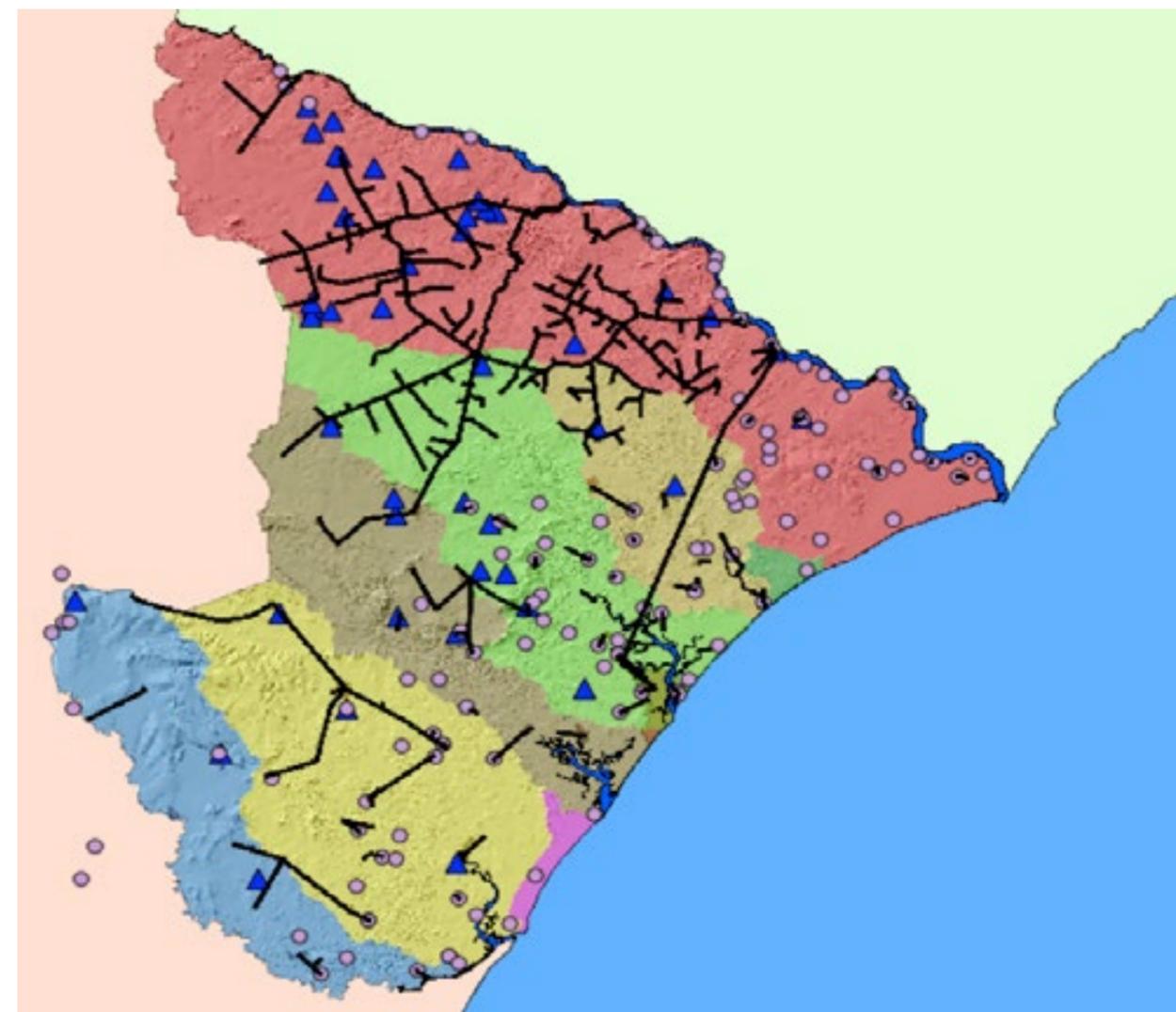


Figura 3. Infraestrutura hídrica - Sergipe

De uma maneira geral os principais problemas ambientais das bacias hidrográficas são: secas no semiárido; desmatamento; ocupação desordenada do solo; poluição dos cursos de água e drenagem urbana.

#### Eixos de Atuação

1. Governança e Mobilização Social;
2. Gestão Hidroambiental Integrada;

3. Garantia Hídrica para Múltiplos Usos;
4. Operação e Manutenção da Infraestrutura Hídrica;
5. Água e Desenvolvimento;
6. Convivência com o Semiárido;
7. Estudos, Pesquisas e Difusão Tecnológica; e
8. Ensino, Capacitação e Formação.

## Propostas

### Governança e Mobilização Social

As questões institucionais e financeiras de gestão por bacia hidrográfica, como o fortalecimento da gestão ambiental e dos recursos hídricos, a coordenação interinstitucional, o aprimoramento dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos, a fiscalização de recursos hídricos, a educação e sensibilização ambiental, os processos de comunicação de informações ambientais e de participação social relacionados aos recursos hídricos.

1. Fortalecer institucionalmente as áreas de meio ambiente e recursos hídricos;
2. Fortalecer e integrar o sistema estadual de informações sobre recursos hídricos;
3. Atualizar o plano estadual de recursos hídricos;
4. Estudar e monitorar a potencialidade dos aquíferos;
5. Intensificar as ações de segurança de barragens;
6. Fortalecer os comitês de bacia e demais instâncias colegiadas;
7. Ampliar o cadastro, a regularização de usos e a fiscalização dos corpos hídricos;
8. Implantar, Operar e Manter a rede hidrometeorológica e de qualidade das águas;
9. Utilizar o monitor de secas como programa proativo de convivência com a seca;
10. Implantar o enquadramento dos corpos de água e a cobrança pelo uso dos recursos hídricos;
11. Fortalecer a fiscalização;

12. Ampliar e atualizar o cadastro de obras hídricas e de usuários de água;
13. Promover a educação para o consumo racional da água;
14. Promover o direito humano a água e ao saneamento;
15. Ampliar a comunicação social sobre o sistema estadual de gerenciamento dos recursos hídricos e meio ambiente.

### Gestão Hidroambiental Integrada

Visa implementar ações conjuntas de preservação, conservação e recuperação de áreas degradadas com uso conservacionista da água e do solo, com o objetivo de promover o uso sustentável e a melhoria das condições socioambientais.

Priorizar e defender a revitalização do rio São Francisco nas instâncias competentes para o fortalecimento da governança na bacia hidrográfica, melhoria do sistema de saneamento, conscientização ambiental, recuperação de áreas degradadas e o pacto das águas superficiais e subterrâneas com a definição de vazões de entrega.

1. Integrar o licenciamento ambiental e a outorga de direito de uso dos recursos hídricos.
2. Promover a gestão integrada das águas urbanas.
3. Proteger os bens naturais e a sociobiodiversidade.
4. Desenvolver o programa produtor de águas.
5. Ampliar a implantação de Unidades de conservação.
6. Promover o uso conservacionista da água e do solo.
7. Garantia Hídrica para Múltiplos Usos

Planeja garantir a oferta hídrica de duas formas: incrementando e economizando. No incremento, envolve ações no sentido de aumentar o volume de armazenamento e transferência hídrica, além de aperfeiçoar os diversos usos da água. A outra forma engloba ações para reciclar, reutilizar e reduzir os usos da água. Inclui também ações no âmbito de planejamento municipal, focando questões ambientais como o manejo adequado dos resíduos sólidos e o saneamento nos municípios, além da redução de perdas.

1. Incremento da Oferta Hídrica: defender e apoiar a construção do Canal de Xingó e estudar a viabilidade da construção da barragem do Vaza Barris.
2. Ampliar o Programa Água Doce no processo de dessalinização da água para o consumo de comunidades rurais dispersas.
3. Economia de Água, com a implantação de uma política de redução de perdas e reutilização;
4. Elaborar e implantar o plano estadual de segurança hídrica e de convivência com a seca.
5. Ampliar a implantação de sistemas de abastecimento de água nos municípios.
6. Apoiar a laboração dos Planos Municipais de Saneamento
7. Apoiar e ampliar a implantação de sistemas de esgotamento sanitário nos municípios.
8. Coleta, tratamento e destinação final de resíduos sólidos (erradicar os lixões e incentivar a organização dos catadores de lixo).
9. Sistema Integrado de Saneamento.

### **Operação e Manutenção de Infraestrutura Hídrica**

Programa de grande interesse para o gerenciamento de infraestrutura hídrica. Existe em Sergipe uma rede de adutoras com mais de 4mil km implantada, milhares de poços perfurados e embora o estado de Sergipe não conte com reservatórios de grande porte como outros estados do Nordeste, os reservatórios existentes possuem importante papel, contribuindo para a regularização de vazões e o múltiplo uso da água, por isso, devem ser mantidos operacionalmente em pronta ordem para atender as orientações do sistema gestor de forma eficaz e sustentável para a sistematização de informações como suporte às decisões do sistema gestor.

1. Ampliar e manter os sistemas adutores de água.
2. Desenvolver a gestão plena dos reservatórios.
3. Intensificar a ação de segurança de barragens.
4. Ampliar e manter os sistemas singelos de abastecimento de água.

### **Águas e Desenvolvimento**

Contempla ações voltadas para otimizar processos produtivos que têm na água importante suporte. É o caso da irrigação, da aquicultura e da agricultura orgânica que a cada ano vem ganhando importância. As ações do Programa visam fundamentalmente, assegurar suprimento hídrico à

produção como forma de valorizar a apropriação de riquezas, promover melhoria nos padrões da saúde da população e estimular a eficiência econômica dos processos produtivos e da equidade social, garantindo a sustentabilidade dos ecossistemas e dos serviços ambientais.

1. Apoio à Agricultura Irrigada (reabilitar e modernizar os perímetros irrigados públicos).
2. Desenvolvimento da Agricultura Orgânica.
3. Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca.

### **Convivência Com o Semiárido**

Estratégico para viabilizar a implementação de tecnologias alternativas de convivência com as adversidades do clima semiárido no território sergipano.

No semiárido, o principal obstáculo para a estabilização da produção agrícola está associado à instabilidade climática e ao manejo inadequado dos solos, que em geral se apresentam rasos, erodidos e compactados, acarretando baixa capacidade de retenção de umidade.

1. Apoiar a implementação das práticas de lavoura seca - captação da água de chuva "in situ", os terraços de retenção, cobertura morta, o plantio direto, as práticas edáficas e vegetativas e outras.
2. Garantir água à população difusa para os múltiplos usos.
3. Implantar modelo de gestão, operação e manutenção de sistemas singelos de abastecimento para pequenas comunidades rurais.

### **Estudos, Pesquisas e Difusão Tecnológica**

Aliar estudos, pesquisa e difusão tecnológica com o objetivo de melhorar a eficiência hídrica, lançando mão de tecnologias, por intermédio de órgãos fomentadores como Universidades, Embrapa e Instituto Tecnológico, além da parceria público-privada nesses projetos.

1. Desenvolvimento científico e inovação tecnológica para agricultura irrigada.
2. Avaliação do potencial de exploração e modelo de gestão de águas subterrâneas.
3. Estudos, pesquisas e estratégias de difusão para adequação das práticas de convivência com o semiárido.
4. Difusão de tecnologias sustentáveis para o uso racional.

**Ensino, Capacitação e Formação**

Tem a finalidade de formar e capacitar educadores em temas como preservação e conservação dos recursos hídricos e tecnologias sustentáveis para o Semiárido, entre outros temas associados a recursos hídricos. Estes educadores têm esses temas em aulas da rede pública.

1. Educação, Semiárido e Cidadania.
2. Capacitação Profissional para o Semiárido.
3. Formação de Agentes Orientadores de Gestão de Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

vice **ELIANE**

governador

**BELIVALDO**



**CHEGOU PRA RESOLVER**

**COLIGAÇÃO PRA SERGIPE AVANÇAR**

PSD | MDB | PT | PP | PCdoB | PHS | PSDC • CNPJ 00.000.000/000-00